



Núcleo de Assuntos Econômico-Fiscais

*Flávio Leitão Tavares
José Fernando Cosentino Tavares
Márcia Rodrigues Moura*

**QUINTA AVALIAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE 2009
RELATÓRIO DE DEZEMBRO
RESULTADOS DO SETOR PÚBLICO
METAS FISCAIS**

**RECEITAS E DESPESAS
RELATÓRIO DA RECEITA**

**DECRETOS 7.027/09 (9/12) E 7.036/09 (17/12)
METAS PARA 2009**

Nota Técnica

31/09

(Dezembro)

I – ANTECEDENTES E PRINCIPAIS CONCLUSÕES.....	2
II – CENÁRIO MACROECONÔMICO E INDICADORES ECONÔMICO-FISCAIS.....	5
III – RESULTADOS DO SETOR PÚBLICO	7
IV – METAS EM 2009	9
V – QUINTA AVALIAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E RELATÓRIO DE DEZEMBRO.....	10
VI – O DECRETO DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	13
VII – RECEITAS NO RELATÓRIO DE DEZEMBRO	15
VII.1 RECEITA ADMINISTRADA	17
VII.2 RECEITAS NÃO ADMINISTRADAS	18
VIII - RELATÓRIO DE RECEITAS	20
IX - DESPESAS NA AVALIAÇÃO DE DEZEMBRO.....	23
X – METAS PARA O EXERCÍCIO DE 2009. SIMULAÇÃO DE RESULTADOS	25
ANEXO I (RECEITAS NA SIMULAÇÃO)	27
ANEXO II (DESPESAS E RESULTADOS NA SIMULAÇÃO).....	28

Todos os direitos reservados. Este trabalho poderá ser reproduzido ou transmitido na íntegra, desde que citados os autores e a Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados. São vedadas a venda, a reprodução parcial e a tradução, sem autorização prévia por escrito da Câmara dos Deputados. Os autores agradecem a contribuição do estagiário de economia, Diego Cezar Gomes Magalhães. Este trabalho é de inteira responsabilidade de seus autores, não representando necessariamente a opinião da Câmara dos Deputados.

Endereços na Internet:

<http://www2.camara.gov.br/conheca/estruturaadm/conof>
<http://intranet2.camara.gov.br/internet/orcamentobrasil>

E-mail: conof@camara.gov.br



I – ANTECEDENTES E PRINCIPAIS CONCLUSÕES

1. Todos os ganhos de 2008 em matéria de indicadores fiscais foram devolvidos até outubro de 2009. A dívida líquida, em queda desde 2003, chegou a menos de 39% do PIB em dezembro passado, mas já subiu para 44,8% do PIB.¹ O aumento deveu-se preponderantemente ao desempenho das operações compromissadas do Banco Central; além disso, o governo piorou sua posição externa com a reapreciação do real. De outro lado, o setor público apurou superávit primário de apenas 2,1% do PIB até outubro de 2009, contra 3,7% do PIB no ano de 2008.
2. A crise tem sido justificativa para a piora das contas públicas em 2009. Alguns analistas a interpretam como mudanças permanentes: mesmo na retomada do crescimento, a poupança pública permaneceria baixa. As novas estimativas das contas nacionais, revistas desde 2007, indicaram um desempenho do PIB até o 3º trimestre de 2009 pior que o esperado e provavelmente negativo para este ano, e poderão servir de argumento a favor da manutenção da política fiscal expansionista em 2010. As autoridades econômicas dizem, por sua vez, que a meta primária anterior à crise (3,3% do PIB) será cumprida em 2010; ainda assim, é menor que a média alcançada de 2005 a 2008.
3. As duas principais iniciativas para acomodar aumento de despesas e queda de receitas em 2009 foram a redução da meta primária, principalmente a dos orçamentos fiscal e da seguridade social (para 1,4% do PIB), e a substituição de despesas executadas do PPI (até R\$ 15,6 bilhões) pelas do PAC (até R\$ 28,5 bilhões) como limite para o abatimento da meta. A meta primária dos orçamentos fiscal e da seguridade caiu de 2,15% do PIB para até 0,46% do PIB (o setor público, já sem a Petrobras, passou de 3,33% do PIB para, no mínimo 1,56% do PIB – menos da metade).²
4. A primeira dessas iniciativas abriu espaço de R\$ 22,85 bilhões nos orçamentos fiscal e da seguridade social. A segunda, de R\$ 12,9 bilhões. A redução da meta primária afeta também a execução dos orçamentos fiscal e da seguridade em 2010, pois alargou a margem para empenho e inscrição em restos a pagar de despesas do PAC excedentes ao PPI³ e das demais despesas discricionárias.
5. Desde a 1ª avaliação (Dec. 6.808/09, de 27/3) e até a 5ª avaliação, as previsões de receitas vinham caindo. As estimativas do relatório de dezembro reverteram em parte essa tendência. Como proporção do PIB, o Executivo espera queda da receita de 0,5 ponto do PIB em relação ao recorde alcançado em 2008. No entanto, a previsão do ingresso líquido de receitas em 2009, comparada com 2008, recua só 0,04% do Produto.
6. O Decreto 7.036/09, mesmo na crise, prevê despesas 2 pontos de percentagem do PIB mais altas que em 2008, alcançando quase 20% do PIB. As despesas obrigatórias, praticamente as correntes, aumentarão em 1,4% do PIB em relação a 2008.

¹ Esse e outros indicadores consideram estimativas do PIB anteriores à divulgação do IBGE de 10/12/2009.

² Ver, a propósito, em <http://www2.camara.gov.br/orcamentobrasil/orcamentouniao/estudos/2009/NT22.pdf>, Nota Técnica 22/09, de 30 de setembro.

³ Cujas execução seria irrestrita, não fossem as afirmações reiteradas das autoridades de que a meta primária será observada.



7. O Decreto 7.036/09 permitiu o descontingenciamento de despesas do Executivo de R\$ 4,7 bilhões, incorporando-os às reservas⁴. O Decreto 7.027/09 havia descontingenciado R\$ 2 bilhões. A reserva orçamentária é de R\$ 6,6 bilhões, podendo ser liberados para empenho, e de R\$ 18,3 bilhões o saldo da reserva para pagamentos, que se presta a amortecer desvios prováveis nas previsões de receitas, despesas, na estimativa do PIB, e principalmente na execução do PAC.
8. Com base no relatório de dezembro, despesas discricionárias serão executadas em praticamente o mesmo montante fixado na lei orçamentária, mesmo diante de frustração de receitas líquidas de R\$ 41,2 bilhões. A queda na previsão de despesas obrigatórias em relação à lei, de R\$ 3 bilhões, contribuiu para que não houvesse corte.⁵
9. Após 11 quedas consecutivas, a arrecadação administrada pela RFB, teve, no mês de outubro, seu primeiro aumento real em relação ao mesmo mês de 2008 e excedeu nominalmente a previsão. Explica esse aumento a conversão em receitas de R\$ 5 bilhões de depósitos judiciais tributários de que tratou a Lei 12.058/09 (predominantemente anteriores a dezembro de 1998) e pagamentos de quase R\$ 800 milhões do Refis IV (Lei nº 11.941, de 27 de maio).
10. Novo aumento real ocorreu em novembro.⁶ A previsão de arrecadação da RFB do mês foi ultrapassada em cerca de R\$ 5 bilhões, sendo que houve pagamentos do Refis IV de R\$ 3 bilhões (sendo R\$ 0,55 bilhão de parcelamentos anteriores), e R\$ 2,1 bilhões de depósitos judiciais. Desse aumento de R\$ 5 bilhões apenas R\$ 2 bilhões foram incorporados no relatório de dezembro.
11. Dentre as receitas não administradas, houve em novembro a transferência de depósitos judiciais e extrajudiciais não tributários de R\$ 3,8 bilhões que eram esperados apenas em 2010.⁷ Dividendos ingressaram em grandes volumes.
12. O governo tem sido acusado de usar artifícios e contabilidade criativa para contornar os problemas deste exercício. Frente à frustração da arrecadação, o cumprimento da meta está se dando por meio de antecipações de receitas não administradas, de ingressos que só ocorrem uma vez, e do adiamento de despesas.
13. Além dos meios diretos e indiretos para diminuir a meta primária, houve a garimpagem de receitas de duas décadas atrás (depósitos judiciais e extrajudiciais), recuperação fiscal via Refis IV, e o salto nos dividendos, em particular os distribuídos pelo BNDES, tudo somando mais de R\$ 30 bilhões.
14. Parte dos dividendos foi quitada com títulos de emissão do Tesouro. Ao mesmo tempo em que acumula resultado primário para conter o crescimento da dívida

⁴ Decreto 6.752/09 (art. 8º, I, b). Sempre que houve ampliação de limites, o destino dos aumentos foi a reserva, que é distribuída mediante portaria dos ministros da Fazenda e do Planejamento. A reserva foi usada com bastante intensidade em relação aos limites para movimentação e empenho no período (R\$ 18,5 bilhões até 17/12). Quanto ao limite financeiro, as portarias interministeriais ampliaram-no em R\$ 7,5 bilhões até 4/12, data da última delas.

⁵ Esse corte não existiria se os créditos extraordinários não fossem considerados despesas obrigatórias na apresentação dos resultados. A comparação está sendo feita com a lei. De outro lado, ao longo do ano vários créditos adicionais foram abertos, aumentando a dotação autorizada.

⁶ Parte desse sucesso arrecadatário pode ser creditado ao Congresso Nacional, que ampliou o escopo do novo programa de recuperação fiscal em relação à proposição encaminhada pelo Executivo.

⁷ O Executivo poderia ainda lançar mão de resgates de cotas do Fundo Soberano do Brasil de mais de R\$ 16 bilhões. Sobre os depósitos judiciais não tributários a serem convertidos em renda, estimados em R\$ 6,4 bilhões, ver Lei 12.099, de 27/11, art. 3º em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2009/Lei/L12099.htm.



pública, a União, para capitalizar essas instituições, faz-lhes empréstimos lastreados no aumento da dívida. No caso do BNDES, esses empréstimos em 2009 atingiram R\$ 100 bilhões, facilitando a distribuição de lucros sem desfalque de suas operações ativas para sustentação de investimentos.

15. Também chama atenção a drástica redução da programação com subsídios e subvenções (que foram negativos até setembro), tanto em relação a 2008 quanto principalmente em relação ao orçamento, sugerindo o adiamento de despesas para 2010.
16. Restam ainda instrumentos à disposição do Executivo. Na receita do relatório de dezembro, não estão computados, de acordo com nossas estimativas, R\$ 2,6 bilhões de depósitos judiciais e extrajudiciais não tributários, cujo recolhimento está sendo antecipado em relação ao cronograma vigente, nem R\$ 3 bilhões de receitas brutas da RFB referidos acima. Em dezembro, novo recolhimento de dividendos (já efetuado R\$ 1 bilhão) melhorará a arrecadação do exercício. De outro lado, nesse relatório há superestimativa de receitas por conta de operações com ativos e concessões, somando R\$ 3 bilhões.
17. Na despesa, os subsídios e subvenções econômicas oferecem margem adicional de redução, assim como desembolsos que provavelmente não ocorrerão, a exemplo de boa parte das transferências do Tesouro para os fundos ADA e ADENE. A execução de créditos extraordinários também pode ficar aquém da programada.
18. A meta primária antes do abatimento do PAC é de 2,5% do PIB, e de 1,6% do PIB para a União.⁸ Com os percalços das finanças federais, as autoridades da área econômica deixaram de afirmar que a meta cheia será cumprida. O mercado prevê superávit primário de todo o setor público de apenas 1,5% do PIB em 2009, sugerindo que nem mesmo a LDO será obedecida.⁹ De fato, até outubro o resultado ficou abaixo de 2,1% do PIB (e o da União em 1,1% do PIB); nos últimos 12 meses, em 1% do PIB (e o da União em 0,13% do PIB). Nossa simulação estima superávit primário equivalente a 2,1% do PIB, sendo 1,2% do PIB a parcela dos orçamentos fiscal e da seguridade, incluindo a compensação pela incapacidade de as estatais federais e os governos subnacionais fazerem suas metas.

⁸ Para cumprir a meta primária do 2º quadrimestre, a União, pela primeira vez, usou da faculdade de abater despesas do PPI. Ver em <http://intranet2.camara.gov.br/internet/orcamentobrasil/orcamentouniao/estudos/2009/> NT-17-2009-III-AVAL-ORCAM-METAS-RECEITAS-31-8.pdf NT 17/09, a respeito do cumprimento da meta.

⁹ Governos subnacionais responderiam por 0,9% do PIB em 2009, mas se falharem a União terá que compensar. Se cumprirem sua parte, o prognóstico do mercado implica que os orçamentos fiscal e da seguridade e as estatais federais poupariam apenas 0,6% do PIB, cumprindo-se a LDO apenas se o PAC for realizado no limite. O Banco Central é evasivo quanto ao assunto:
"15. Em relação à política fiscal, as projeções levam em conta a hipótese de trabalho do cumprimento da meta de superávit primário de 2,5% do PIB em 2009 e de 3,3% em 2010, conforme considerado por ocasião da reunião de setembro. Tais valores excluem do cálculo a contribuição da Petrobras para o superávit primário do setor público e são ajustados pela possibilidade de que sejam reduzidos em até 0,50 p.p. em 2009, em virtude da implementação do Programa Piloto de Investimentos (PPI), e em até 0,65 p.p. em 2010, pela implementação do PPI e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). As demais hipóteses consideradas na reunião anterior foram mantidas." Ver ata da 146ª reunião do Copom.



II – CENÁRIO MACROECONÔMICO E INDICADORES ECONÔMICO-FISCAIS

19. As hipóteses de comportamento das variáveis econômico-fiscais em que se baseia o relatório de dezembro são ainda as mesmas da 3ª avaliação. As estimativas do PIB usadas nesta Nota, exceto na última seção, são, para 2008, a do IBGE anterior à última revisão, e, para 2009, a do relatório de dezembro.
20. A manutenção dos parâmetros da 3ª avaliação foram convenientes ao Executivo para simplificar as previsões de receita administrada e eventualmente superestimá-las, mas compromete a finalidade e o rigor técnico das sucessivas avaliações orçamentárias, pois não incorpora a evolução observada (desde julho) de estatísticas mensais, tais como índices de preços, ou as expectativas semanais do mercado que o Executivo consulta para estabelecer suas próprias projeções.
21. O descompasso entre parâmetros e a realidade agravou-se em 10 de dezembro, quando o IBGE divulgou diversas revisões de resultados trimestrais desde o início de 2007 e a estimativa preliminar do PIB do 3º trimestre de 2009, com crescimento de apenas 1,3% em relação ao segundo. As suposições otimistas das autoridades da área econômica para o 3º trimestre aparentemente não eram fundamentadas e ignoravam mudança metodológica introduzida pelo Instituto.
22. A recessão recente foi mais profunda que se imaginou. No 1º trimestre, houve queda de 2,1% em relação ao mesmo trimestre de 2008, e não 1,8%. No 2º trimestre, a queda foi de 1,6% em relação ao mesmo trimestre de 2008, e não 1,2%. A queda do PIB na passagem de 2008 para 2009 foi menor do que se estimou preliminarmente – acumulada desde outubro de 2008 até março de 2009, passou de 4,3% para 3,8%. A retomada se deu a um ritmo mais moderado no 2º trimestre de 2009: 1,1% em relação ao 1º trimestre, em lugar de 1,9%.
23. Não é mais possível prever que o PIB cresça 1% em 2009, como consta dos parâmetros oficiais desde a 2ª avaliação. A expectativa do mercado à época era de queda do PIB (-0,7%), e de 0,2% de crescimento em 4/12. A previsão do Banco Central para o crescimento em 2009 no Relatório de Inflação de dezembro foi de 0,2%. No entanto, o PIB nominal estimado para 2009 será mais elevado que o constante das recentes avaliações, implicando necessidade de maior superávit.
24. Comparem-se os parâmetros atualizados do Ministério da Fazenda¹⁰ e as hipóteses comuns às 4 últimas avaliações e à proposta orçamentária na Tabela da página seguinte.
25. Há diferenças importantes. Temos a previsão de taxa de câmbio de fim de período em queda de R\$ 2,08 para R\$ 1,99 (4,5%). De outro lado, aumentou o volume de importações em 4%. A inflação média medida pelo IGP-di caiu de 2,6% para 1,9%; a mesma tendência se observa em relação ao IPCA, afetando negativamente as receitas administradas.

¹⁰ Hipóteses de 12/11/09, encaminhadas ao Congresso em atendimento ao art. 10 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009 (LDO).



PRINCIPAIS PARÂMETROS E PROJEÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS, 2007-2009⁽¹⁾

Variável/indicador	2007	2008	2009				2010			
	Realizado	Realizado	Orçamento 2009 Congresso	PLDO 2010	3ª, 4ª e 5ª Avaliações Bimestrais, Relatório de Dezembro/Proposta 2010 ⁽²⁾	Atualização Proposta SPE 12/11/2009	Mercado 20/11/2009	Proposta 2010	Atualização Proposta SPE 12/11/2009	Mercado 20/11/2009
Produto e Crescimento										
PIB nominal (R\$ bilhões)	2.597,611	2.889,719	3.155,935	3.092,002	3.047,192	3.039,827	3.015,095	3.326,525	3.325,466	3.286,042
Crescimento nominal do PIB (% a.a.)	9,61	11,25	9,58	7,00	5,45	5,19	4,34	9,17	9,40	8,99
Crescimento real do PIB (% a.a.)	5,67	5,08	3,50	2,00	1,00	1,00	0,21	4,50	5,00	5,00
Preços e Câmbio										
Deflator implícito do PIB (% a.a.)	3,73	5,87	5,87	4,91	4,41	4,15	4,12	4,46	4,19	3,80
Inflação IGP-DI (% a.a.)	7,89	9,10	5,80	4,16	1,35	(0,44)	(0,84)	4,50	4,50	4,50
Inflação IGP-DI médio (% a.a.)	5,08	11,24	7,90	4,82	2,64	1,93	1,85	4,62	3,49	2,48
Inflação IPCA (% a.a.)	4,46	5,90	4,50	4,50	4,42	4,27	4,26	4,33	4,45	4,43
Inflação IPCA médio (% a.a.)	3,64	5,68	5,19	4,94	4,98	4,88	4,88	4,40	4,42	4,23
Inflação INPC (% a.a.)	5,16	6,48	4,30	4,30	4,20	4,13	4,23	4,33	4,50	4,50
IER (% a.a.)	4,29	8,18	6,41	4,88	3,93	3,55	3,51	4,50	4,00	3,45
Câmbio fim de período (R\$/US\$)	1,77	2,34	2,08	2,30	1,98	1,71	1,70	2,04	1,75	1,75
Câmbio médio (R\$/US\$)	1,95	1,83	2,04	2,31	2,08	1,99	1,99	2,01	1,72	1,74
Preço médio do petróleo Brent (US\$)	72,09	96,51	76,37	47,27	59,18	60,53	...	77,86	78,90	...
Salários e Massa Salarial										
Inflação INPC reajuste do mínimo (%) ⁽³⁾	3,30	4,97	6,22	5,92	5,92	5,92	5,92	3,54	3,47	3,57
Salário Mínimo (R\$)	380,00	415,00	464,71	465,00	465,00	465,00	465,00	505,90	505,55	506,04
Reajuste do salário mínimo (%)	8,57	9,21	11,98	12,05	12,05	12,05	12,05	8,80	8,72	8,83
Reajuste dos demais benefícios INSS (%)	3,30	5,00	6,22	5,92	5,92	5,92	5,92	3,54	4,00	3,57
Massa salarial (variação média %)	11,32	16,44	12,95	6,29	8,82	9,77	...	10,49	10,41	...
Dívida Pública e Juros										
Selic fim de período (% a.a.)	11,18	13,66	13,33	10,25	8,75	8,75	8,75	8,75	10,35	10,50
Selic média acumulada (% a.a.)	11,88	12,48	13,57	10,80	9,98	9,95	9,81	8,71	9,18	9,45
Juros reais da dívida pública (% a.a.)	7,10	6,21	8,68	6,03	5,32	5,44	5,32	4,20	4,53	4,81
T.JLP fim de período (% a.a.)	6,25	6,25	6,25	6,25	6,00	6,00	...	6,00	6,00	...
Indicadores Fiscais em % do PIB⁽⁴⁾										
Resultado Primário Consolidado	3,91	4,08	3,80	2,50	2,50	2,50	1,50	3,30	3,30	2,50
Resultado Primário Governo Central	2,29	2,47	2,15	1,40	1,40	1,40	...	2,15	2,15	...
Resultado Primário Estaduais Federais	0,46	0,49	0,70	0,20	0,20	0,20	...	0,20	0,20	...
Resultado Primário Governos Regionais	1,16	1,13	0,95	0,90	0,90	0,90	...	0,95	0,95	...
Juros Nominais Setor Público Consolidado	(6,14)	(5,62)	(5,70)	...	(4,64)	...	(4,70)	(3,63)	...	(4,30)
Juros Nominais Governo Central	(4,58)	(3,22)	(4,21)
Resultado Nominal Consolidado	(2,23)	(1,53)	(1,90)	...	(2,14)	...	(3,20)	(0,33)	...	(1,80)
Dívida líquida (% do PIB)	42,03	36,00	39,30	39,40	41,4	...	44,00	38,1	...	42,10
Outros Indicadores										
Bebidas: quantidade (variação %)	5,46	0,43	3,97	0,39	3,00	4,90	...	3,50	6,50	...
Fumo: quantidade (variação %)	(2,15)	(5,70)	(1,38)	(3,63)	(15,70)	(7,32)	...	(5,00)	(4,44)	...
Veículos: quantidade (variação %)	24,31	11,85	9,00	(3,98)	(2,55)	7,75	...	4,50	5,00	...
Veículos: preço (variação %)	1,44	2,78	5,00	(2,37)	(8,10)	(2,17)
Importação sem combustíveis (variação %)	32,03	41,04	9,62	(5,23)	(24,06)	(20,84)	...	14,62	25,62	...

Fonte: Orçamento 2009; PL 07/09-CN; informações complementares: PL 15/09-CN; PL 46/2009-CN; IBGE; Banco Central do Brasil; SPE; avaliação citada: Relatório de Mercado citado. Cálculos, estimativas e elaboração dos autores.

⁽¹⁾ Valores em itálico estimados pelos autores, incluindo expectativas de mercado.

⁽²⁾ Na 4ª Avaliação, o Executivo manteve os parâmetros da avaliação anterior.

⁽³⁾ Partindo entre dois reajustes consecutivos.

⁽⁴⁾ Excluído o grupo Petróleo no PLDO 2010 e em diante.

26. A taxa básica de juros, diante da melhora das expectativas do mercado quanto a preços, chegou pela primeira vez a um dígito (9,25% a.a.) na reunião do Copom de 10/6, e agora a 8,75% a.a.. Essa projeção é mantida para até o final do ano tanto pelo mercado, quanto pelo Executivo.

27. Apesar do pequeno crescimento da economia, a massa salarial deve se expandir mais, de 8,8%, para 9,8% – as expectativas vêm melhorando desde o início do ano. A evolução do mercado internacional de petróleo pouco mudou. A previsão de cotação média do Brent aumentou de US\$ 59,2 das 3 últimas avaliações para US\$ 60,5 constante da última atualização, mudança pouco importante frente ao declínio do dólar.

28. Em relação a parâmetros específicos que afetam itens relevantes da arrecadação, houve mudanças positivas. Deverá ser maior o volume tributado de bebidas, de produtos do fumo, e muito maior o de veículos.



III – RESULTADOS DO SETOR PÚBLICO

29. A dívida líquida do setor público (DLSP) voltou a crescer em 2009 e chegou a 44,8% do PIB em outubro, como mostra a Tabela.

DÍVIDA DO SETOR PÚBLICO, 2003-2009
(% do PIB)

	Dezembro						Outubro	
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2008	2009
Dívida Bruta do Governo Geral ⁽¹⁾	58,34	53,41	56,14	55,13	56,37	58,60	56,13	66,75
Dívida Líquida do Setor Público	53,53	48,21	47,99	45,89	43,88	38,83	38,58	44,78
Dívida Interna Líquida	42,37	40,50	44,71	46,94	51,06	49,89	48,23	54,04
Dívida Externa Líquida	11,16	7,71	3,27	(1,05)	(7,18)	(11,06)	(9,65)	(9,26)
Governo Federal e Banco Central	33,18	29,53	30,79	30,35	29,84	24,51	24,75	31,00
Governos Regionais	20,33	19,03	17,79	16,25	14,80	15,13	14,63	14,59
Empresas Estatais Federais	0,02	(0,35)	(0,59)	(0,71)	(0,77)	(0,81)	(0,81)	(0,81)
Memorando:								
Dívida Mobiliária do Tesouro Nacional ⁽²⁾	38,59	37,69	43,89	44,28	44,00	41,63	39,92	45,14
Operações Compromissadas (Bacen)	3,77	2,89	1,72	3,19	6,85	10,94	10,72	16,58
Crédito para Instituição Financeira Oficial ⁽³⁾	(0,78)	(0,87)	(0,78)	(0,51)	(0,52)	(1,45)	(1,36)	(4,86)
Grupo Petrobras (excluído)	(1,17)	(1,23)	(1,52)	(1,87)	(1,84)	(2,83)	(2,30)	...
PIB Valorizado (R\$ bilhões) ⁽⁴⁾	1.744,1	2.036,8	2.157,4	2.424,6	2.736,8	2.971,0	3.000,7	2.972,1

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração dos autores.

⁽¹⁾ Exclui Banco Central e empresas estatais. Metodologia adotada em 2008.

⁽²⁾ Dívida mobiliária (interna) em mercado e créditos securitizados, descontadas as aplicações intra e intergovernamentais em títulos públicos federais.

⁽³⁾ Soma instrumentos híbridos de capital e dívida e outros créditos concedidos ao BNDES.

⁽⁴⁾ PIB dos últimos 12 meses a preços do mês final do período de 12 meses. Deflator: IGP-centrado.

30. Toda a melhora dos principais indicadores fiscais que houve em 2008 está sendo anulada em 2009.^{11,12} O câmbio, em particular, caminhou no sentido contrário ao do ano passado, com a apreciação do real (US\$ 1,00=R\$ 1,74, em fim de outubro, para reservas de pouco mais de US\$ 230 bilhões). O aumento da relação dívida/PIB reflete também crescimento econômico e superávit primário baixos.

31. A expectativa atual dos analistas do setor financeiro é que a relação dívida/PIB em dezembro seja de 44,8% do PIB.¹³

32. A dívida líquida do setor público de dezembro de 2008 até outubro de 2009 subiu quase 6 pontos de porcentagem do PIB, em maior parte por conta do aumento

¹¹ A suposição oficial à época do encaminhamento da proposta de orçamento para 2010 era de que essa deterioração fosse rapidamente superada com a retomada da economia. A Nota Técnica 20/09, de 18/7, examina os aspectos fiscais da proposta orçamentária de 2010, incluindo as previsões de crescimento e de recuperação do quadro fiscal no próximo exercício (ver em <http://intranet2.camara.gov.br/internet/orcamentobrasil/orcamentouniao/estudos/2009>).

¹² A DLSP em relação ao PIB caiu desde 2004, chegando a 38,8% do PIB em 2008. Foi puxada para baixo pela posição externa do setor público, que se tornou credor a partir de 2006, e continuou melhorando rapidamente com a apreciação do dólar e o acúmulo de reservas. A dívida externa líquida recuou o equivalente a quase 4 p.p. do PIB em 2008. A dívida interna líquida, por sua vez, cresceu até 2007 e pareceu interromper sua trajetória alista em 2008, com a baixa acentuada da dívida do governo federal. A dívida das estatais federais, já excluindo a Petrobras, era negativa em 2004, e continuou melhorando. As operações compromissadas realizadas pelo Banco Central, porém, voltaram a crescer em 2006, e em 2008 deram um salto de mais de 4 p.p., chegando a 10,9% do PIB. A variação dessas operações tem estado diretamente ligada à compra de reservas internacionais. A dívida mobiliária federal caiu em 2008 cerca de 2,4 pontos percentuais do PIB em relação à média dos 3 exercícios anteriores. Cresceram também as emissões para provisão de crédito a instituições financeiras oficiais. Nessas circunstâncias, a dívida bruta do governo geral, após oscilar até 2007, cresceu em 2008. O desempenho da dívida em 2008 foi favorecido pelo crescimento do PIB (quase 5,1%), mas também pelo elevado superávit primário do setor público (quase 3,7% do PIB).

¹³ Ver relatório de mercado de 24/12 <http://www4.bcb.gov.br/pec/GCI/PORT/readout/R20091224.pdf>.



da dívida interna, de 4,1% do PIB. A posição credora da dívida externa, com a apreciação do real, recuou 1,8 p.p., mesmo que as reservas tenham aumentado. O aumento da dívida interna líquida foi causado pelo governo federal e Banco Central (de 24,5% do PIB, para 31% do PIB), com as operações compromissadas continuando sua trajetória de alta (de 10,9% do PIB para 16,6% do PIB).

33. Desde dezembro de 2008, a dívida bruta do governo geral cresceu quase 8,2 pontos de percentagem, para 66,8% do PIB em outubro. A dívida mobiliária do Tesouro respondeu por 3,5 pontos de percentagem, sendo que 3,4 p.p. do PIB equivalem ao aumento do crédito para instituições financeiras oficiais financiado com a colocação direta de títulos de responsabilidade do Tesouro.

34. O superávit primário do setor público, de janeiro a outubro de 2009, foi de 2,1% do PIB, como mostra a Tabela.

NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO, 2005-2009 ⁽¹⁾

	2005	2006	2007	2008	Outubro					
					Até o mês			12 meses		
					2007	2008	2009	2007	2008	2009
	(% do PIB)									
Nominal	3,38	3,54	2,75	1,98	1,99	0,32	3,53	2,85	1,27	4,61
Governo Central	3,17	2,98	2,19	0,72	1,78	(0,92)	3,84	2,29	(0,12)	4,65
Governo Federal e Banco Central	3,41	3,14	2,29	0,86	1,93	(0,76)	3,80	2,45	(0,00)	4,63
Empresas Estatais Federais	(0,25)	(0,17)	(0,10)	(0,14)	(0,15)	(0,16)	0,04	(0,16)	(0,11)	0,02
<i>Memorando: Grupo Petrobras (excluído)</i>	(0,42)	(0,59)	(0,52)	(0,45)	(0,65)	(0,24)	...	(0,73)	(0,19)	...
Governos Regionais	0,21	0,56	0,56	1,26	0,21	1,24	(0,32)	0,57	1,39	(0,04)
Juros nominais	7,31	6,78	6,21	5,66	6,38	5,65	5,58	6,30	5,60	5,61
Governo Central	5,95	5,15	4,48	3,27	4,79	3,14	4,95	4,57	3,13	4,78
Governo Federal e Banco Central	6,01	5,31	4,58	3,33	4,89	3,20	4,99	4,68	3,20	4,82
Empresas Estatais Federais	(0,06)	(0,16)	(0,10)	(0,06)	(0,10)	(0,07)	(0,04)	(0,12)	(0,07)	(0,04)
<i>Memorando: Grupo Petrobras (excluído)</i>	0,01	(0,03)	(0,07)	(0,05)	(0,07)	(0,04)	...	(0,06)	(0,05)	...
Governos Regionais	1,36	1,63	1,73	2,39	1,60	2,51	0,63	1,74	2,48	0,83
Primário	(3,93)	(3,24)	(3,45)	(3,68)	(4,39)	(5,33)	(2,06)	(3,45)	(4,33)	(1,00)
Governo Central	(2,79)	(2,18)	(2,29)	(2,55)	(3,01)	(4,06)	(1,11)	(2,28)	(3,24)	(0,13)
Governo Federal, Banco Central e INSS	(2,60)	(2,17)	(2,29)	(2,47)	(2,96)	(3,97)	(1,19)	(2,24)	(3,20)	(0,20)
INSS	1,75	1,78	1,73	1,25	1,80	1,40	1,66	1,69	1,40	1,47
Empresas Estatais Federais	(0,19)	(0,01)	(0,00)	(0,08)	(0,05)	(0,09)	0,09	(0,04)	(0,04)	0,07
<i>Memorando: Grupo Petrobras (excluído)</i>	(0,42)	(0,56)	(0,46)	(0,40)	(0,59)	(0,19)	...	(0,67)	(0,14)	...
Governos Regionais	(1,14)	(1,07)	(1,16)	(1,13)	(1,39)	(1,27)	(0,95)	(1,17)	(1,09)	(0,87)
	(R\$ milhões)									
Primário	(84.431)	(76.828)	(89.730)	(106.420)	(94.035)	(128.203)	(51.531)	(88.637)	(123.898)	(29.748)
Governo Central	(59.846)	(51.579)	(59.471)	(73.727)	(64.377)	(97.626)	(27.756)	(58.557)	(92.721)	(3.856)
Governo Federal, Banco Central e INSS	(55.741)	(51.352)	(59.439)	(71.308)	(63.343)	(95.343)	(29.895)	(57.504)	(91.439)	(5.860)
Governo Federal	(93.629)	(93.589)	(104.965)	(107.987)	(102.385)	(129.426)	(71.876)	(101.495)	(132.005)	(50.437)
Bacen	312	172	645	472	607	363	472	614	401	581
INSS	37.576	42.065	44.882	36.207	38.435	33.719	41.508	43.377	40.166	43.995
Empresas Estatais Federais	(4.104)	(227)	(32)	(2.419)	(1.034)	(2.283)	2.140	(1.053)	(1.282)	2.004
<i>Memorando: Grupo Petrobras (excluído)</i>	(9.074)	(13.317)	(11.876)	(11.617)	(12.535)	(4.682)	...	(17.085)	(4.023)	...
Governos Regionais	(24.585)	(25.249)	(30.259)	(32.694)	(29.658)	(30.577)	(23.775)	(30.080)	(31.178)	(25.892)
<i>Memorando: PIB Nominal (R\$ bilhões)</i>	2.147,24	2.369,80	2.597,61	2.889,72	2.140,13	2.403,46	2.503,36	2.569,09	2.860,94	2.989,62

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração dos autores.

⁽¹⁾ Valores correntes. Valores negativos correspondem a superávit.

35. O resultado deste ano vem sendo puxado para baixo pela União (superávit de 4,1% do PIB e de 1,1% do PIB nos dez primeiros meses de, respectivamente, 2008 e 2009). Em doze meses encerrados em outubro, o resultado primário do setor público foi de 1% do PIB (4,3% do PIB acumulado em outubro de 2008), abaixo da meta anual revista de 2,5% do PIB. ¹⁴

¹⁴ O superávit primário em proporção do PIB cresceu até 2005, caiu em 2006-2007, e voltou a subir em 2008 para percentual recorde se somarmos o aporte de R\$ 14,2 bilhões da União ao Fundo Soberano do Brasil. Os juros nominais foram os mais



36. Os juros nominais pouco se alteram de 2008 para 2009, tanto no ano até outubro, quanto nos 12 meses encerrados no mês, de 5,6-5,7% do PIB. Entretanto, por força da queda expressiva do superávit primário, o déficit nominal cresce de 0,3% do PIB nos 10 primeiros meses de 2008, para 3,5% do PIB no mesmo período de 2009, e em 12 meses, de 1,3% do PIB, para 4,6% do PIB.

IV – METAS EM 2009

37. A Tabela da página seguinte mostra como evoluíram, desde 2006 até a avaliação orçamentária de dezembro (Decreto 7.036/09), os resultados e as metas para o setor público e para seus componentes, tendo em conta as sucessivas reduções e mudanças na composição da meta primária no PL 15/09^{15,16} e na Lei 12.053/09, de 9/10.

38. O superávit primário dos orçamentos fiscal e da seguridade cairá de R\$ 50,9 bilhões previstos no Decreto 6.808/09, quando da 1ª avaliação, para até R\$ 14,2 bilhões. Nessa conta, acomodou-se a queda de R\$ 15,2 bilhões das receitas brutas, e, mesmo num quadro de deterioração dos prognósticos fiscais, as despesas puderam ser aumentadas em R\$ 21,6 bilhões.

39. Os orçamentos fiscal e da seguridade, em relação ao primeiro decreto, deixaram de ter que economizar quase R\$ 23,8 bilhões só por conta da redução da meta primária para 1,4% do PIB. As estatais, em maior parte a Petrobras, poderão investir até mais de R\$ 15,6 bilhões do que investiriam se cumprissem sua meta de superávit primário. Estados, municípios e suas estatais podem gastar mais R\$ 1,9 bilhão.

40. Para a meta do setor público consolidado, da qual o governo central é em última instância o garantidor, a queda foi um pouco maior, de R\$ 102,7 bilhões (sem Petrobras), para até R\$ 47,7 bilhões.

baixos do período, apesar de a taxa básica ter sido elevada em meados do ano. O déficit nominal foi também recorde, de menos de 2% do PIB. Graças à queda expressiva do déficit do INSS e à excelente arrecadação federal, o governo federal no ano passado conseguiu aumentar suas despesas e fazer resultado primário de 2,55% do PIB.

¹⁵ Ver em <http://intranet2.camara.gov.br/internet/orcamentobrasil/orcamentouniao/estudos/2009> NT 22/09, de 30/9, comentários sobre a adaptação da programação financeira ao PLN 15/09, que antecedeu e adiantou em parte as alterações contidas no PLN 63/09.

¹⁶ Resumidamente: (a) com a piora do cenário econômico fiscal em 2009, o Executivo propôs a redução da meta primária, além da exclusão da Petrobras do esforço fiscal (PL 15); (b) o projeto de LDO para 2010 foi emendado no Congresso, e o PPI, de R\$ 16,9 bilhões, foi substituído pelo PAC, de R\$ 22,5 bilhões (Lei 12.017/09, de 12/8); (c) como a arrecadação de 2009 não se recuperou conforme esperado, apenas a redução da meta não atendia aos interesses do Executivo, e foi proposta a substituição, neste exercício, do PPI pelo PAC, desta vez com R\$ 28,5 bilhões (PL 63), incluindo as dotações do programa Minha casa, minha vida (de R\$ 6 bilhões). Na seqüência, surgiu a iniciativa de também acrescentar ao montante do PAC que pode ser abatido da meta primária em 2010 as dotações do mesmo programa (R\$ 7,2 bilhões), e o PAC foi de R\$ 22,5 bilhões para R\$ 29,8 bilhões.

Ver NT 25/09, de 29/10, em <http://intranet2.camara.gov.br/internet/orcamentobrasil/orcamentouniao/estudos/2009>.



EVOLUÇÃO DE RESULTADOS E METAS DO SETOR PÚBLICO, 2006-2009

	Resultados			Metas 2009																
	2006	2007	2008	Orçamento (a)		Decreto 6.808/09 (b)		Decreto 6.867 2ª Aval PLN 15/09 (c)		Decreto 6.923 3ª Aval PLN 15/09 (d)		Decreto 6.993 4ª Aval Lei 12.053/09 (e)		Decreto 7.027 5ª Aval (1) (f)		Decreto 7.036 (1) Relatório de Dezembro (g)		(h) = (g)-(b)		
				% PIB	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB
Setor Público	3,80	3,91	4,08	119,9	3,80	117,5	3,80	76,4	2,50	76,2	2,50	76,2	2,50	76,2	2,50	76,2	2,50	(41,3)	(1,30)	
Governo Federal	2,74	2,75	2,95	90,0	2,85	88,1	2,85	48,9	1,60	48,8	1,60	48,8	1,60	48,8	1,60	48,8	1,60	(39,4)	(1,25)	
Governo Central	2,17	2,29	2,47	67,9	2,15	66,5	2,15	42,8	1,40	42,7	1,40	42,7	1,40	42,7	1,40	42,7	1,40	(23,8)	(0,75)	
Estaduais Federais	0,57	0,46	0,49	22,1	0,70	21,6	0,70	6,1	0,20	6,1	0,20	6,1	0,20	6,1	0,20	6,1	0,20	(15,6)	(0,50)	
(Grupo Petróbras)	0,56	0,46	0,40	15,0	0,47	14,8	0,48	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00	(14,8)	(0,48)
Governos Regionais	1,07	1,16	1,13	30,0	0,95	29,4	0,95	27,5	0,90	27,4	0,90	27,4	0,90	27,4	0,90	27,4	0,90	(1,9)	(0,05)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social/Governo Central																				
Receita Primária	23,02	23,88	24,83	805,3	25,52	756,9	24,48	745,2	24,39	743,3	24,39	737,0	24,19	736,9	24,18	741,7	24,34	(15,2)	(0,14)	
Despesa Primária (2)	20,98	21,66	22,40	753,0	23,86	706,0	22,83	718,0	23,49	716,2	23,50	722,9	23,72	722,7	23,72	727,6	23,88	21,6	1,04	
Resultado Primário	2,05	2,22	2,43	52,3	1,66	50,9	1,65	27,2	0,89	27,1	0,89	14,2	0,46	14,2	0,46	14,2	0,46	(36,8)	(1,18)	
PPI/PAC (3)	0,12	0,20	0,27	15,6	0,49	15,6	0,50	15,6	0,51	15,6	0,51	28,5	0,94	28,5	0,94	28,5	0,94	12,9	0,43	
Resultado Primário II (4)	2,16	2,42	2,70	67,9	2,15	66,5	2,15	42,8	1,40	42,7	1,40	42,7	1,40	42,7	1,40	42,7	1,40	(23,8)	(0,75)	
Memorando (5)																				
Superávit Primário do Setor Público																				
Sem Petrobras	3,24	3,45	3,68	104,9	3,33	102,7	3,32	76,4	2,50	76,2	2,50	76,2	2,50	76,2	2,50	76,2	2,50	(26,6)	(0,82)	
Sem PPI/PAC	89,4	2,83	87,2	2,82	60,9	1,99	60,6	1,99	47,7	1,56	47,7	1,56	47,7	1,56	(39,5)	(1,25)	
Superávit Primário do Governo Federal																				
Sem Petrobras	2,18	2,29	2,55	75,0	2,38	73,4	2,37	48,9	1,60	48,8	1,60	48,8	1,60	48,8	1,60	48,8	1,60	(24,6)	(0,77)	
Sem PPI/PAC	74,4	2,36	72,6	2,35	33,4	1,09	33,2	1,09	20,3	0,66	20,3	0,66	20,3	0,66	(52,3)	(1,69)	
Recebíveis de Itaipu	0,12	0,07	0,04	
Crescimento PIB (%)	3,97	5,67	5,08	3,5	2,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	

Fonte: Banco Central do Brasil; informações complementares ao PL 38/08; Nota Técnica CD 20/09; e decretos e avaliações citados. Elaboração dos autores.

(1) A 5ª avaliação e o Decreto 7.036 mantiveram as hipóteses de comportamento das variáveis macroeconômicas da 4ª.

(2) Inclui como despesas as transferências a estados e municípios, discrepância estatística e, a partir de 2005, o PAC.

(3) Até o Decreto 6.923/09, PPI; a partir daí, PAC.

(4) Retira da meta as despesas com o PPI/PAC.

(5) Inclui no resultado das estaduais de 2006 a 2008 os recebíveis de Itaipu, conforme relatórios de cumprimento de metas do Tesouro.

V – QUINTA AVALIAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E RELATÓRIO DE DEZEMBRO

41. O Executivo revê bimestralmente suas estimativas em Relatório apresentado ao Congresso.¹⁷ A LDO determina que as avaliações orçamentárias sejam produzidas e divulgadas até o dia 20 do mês seguinte ao bimestre a que se referem.

42. A 5ª avaliação bimestral foi encaminhada em 19/11. O decreto correspondente (7.027/09), editado em 9/12. Diante da combinação dos fatores descritos resumidamente na Tabela da página seguinte, a nova avaliação teve saldo positivo em relação à anterior.

¹⁷ Ver em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11768.htm Lei 11.768/09, de 14/8, que diz:

“Art. 71. Se for necessário efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira, de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, o Poder Executivo apurará o montante necessário e informará a cada um dos órgãos referidos no art. 20 daquela Lei, até o vigésimo dia após o encerramento do bimestre, observado o disposto no § 4º deste artigo.

§ 1º ...

§ 4º O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional e aos órgãos referidos no art. 20 da Lei Complementar no 101, de 2000, no mesmo prazo previsto no caput deste artigo, relatório que será apreciado pela Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, contendo:

....

§ 8º O relatório a que se refere o § 4º deste artigo será elaborado e encaminhado também nos bimestres em que não houver limitação ou restabelecimento dos limites de empenho e movimentação financeira.

...”.



5ª AVALIAÇÃO DO ORÇAMENTO DE 2009
Variação em Relação à 4ª Avaliação

Discriminação	R\$ Milhões	Principais Fatores Explicativos
Receita Administrada pela RFB	(3.333,1)	Queda na previsão de todos os tributos, em especial Cofins (nova queda de R\$ 1,7 bilhão), Imposto de Renda (R\$ 740 milhões), e "outras administradas pela RFB" (R\$ 371 milhões).
Demais Receitas	3.199,0	Aumento de receitas de dividendos (R\$ 3,1 bilhões).
Receita Primária, exceto Contribuição Previdenciária	(134,1)	
Redução das Transferências a Estados e Municípios (-)	(463,8)	Queda na previsão dos Impostos de Renda e IPI.
Subtotal Receita Líquida	329,7	
Redução das Despesas Obrigatórias, exceto Benefícios Previdenciários ⁽¹⁾	1.749,8	Menores despesas em função do realizado e da revisão do cronograma de pagamento de pessoal (R\$ 385 milhões), créditos extraordinários (R\$ 1 bilhão), Fundos ADA/ADENE (R\$ 500 milhões) e subsídios e subvenções (R\$ 1,2 bilhão). Aumento da previsão de gastos com o seguro-desemprego/abono salarial (R\$ 1,4 bilhão).
Aumento do Déficit da Previdência	(35,0)	Aumento na previsão de despesa com benefícios previdenciários (R\$ 35 milhões).
Subtotal Aumento de Despesas	1.714,8	
Saldo	2.044,5	

Fonte: Relatório de Avaliação do 5º Bimestre de 2009, Ministério do Planejamento (SOF). Elaboração dos autores.

⁽¹⁾ Inclui despesas dos demais poderes.

43. A margem para a ampliação dos limites na 5ª avaliação em mais de R\$ 2 bilhões, deveu-se a que só foi alterada na arrecadação prevista a frustração das receitas administradas ocorrida no 4º bimestre e a que se diminuiu da previsão de despesas obrigatórias quase R\$ 1,8 bilhão. O principal, no entanto, foi o aumento do recolhimento de dividendos no exercício em mais R\$ 3,1 bilhões – a nova estimativa era compatível com os ingressos já ocorridos.
44. Examinando os itens de receitas que permaneceram constantes da 4ª para a 5ª avaliação, o seguinte chamou a atenção: (a) continuava a previsão de ingressos de R\$ 2,5 bilhões de operações com ativos; e (b) apenas R\$ 3 bilhões ingressaram até novembro a título de concessões, mas a previsão foi mantida em R\$ 4,6 bilhões desde a lei orçamentária.
45. Relativamente aos demais grandes grupos de receitas, temos, para que houvesse ganho de receita líquida (R\$ 330 milhões): (a) a frustração de receitas administradas pela RFB, exceto Previdência, admitida ocorrer até outubro no Decreto 6.993/09, afetou a previsão para o acumulado no ano no mesmo montante (R\$ 3,3 bilhões), significando que no último bimestre a receita se comportaria como previsto desde o Decreto 6.923/09, de 5/8; (b) a frustração no 5º bimestre deu-se também em receitas partilhadas, fazendo com que a receita administrada líquida dessas transferências caísse apenas R\$ 2,9 bilhões; e (c) a previsão de receitas não administradas, excluído o INSS, aumenta no exercício, contribuindo com mais R\$ 3,2 bilhões de acréscimo entre as duas avaliações. Estados e municípios teriam que assimilar a queda de mais de R\$ 460 milhões na receita. ¹⁸

¹⁸ O governo federal tem facilitado para os estados e municípios contornar a situação financeira durante a recessão, em parte para atenuar críticas de que concedia estímulos tributários em alguns casos com receitas partilhas, e, além do apoio financeiro aos municípios, adiantou até agosto as transferências do Fundeb. Ao mesmo tempo, abriu linhas de créditos em bancos oficiais para atender a necessidades transitórias de estados. Ao mesmo tempo, em grande parte devido à atuação parlamentar, foram



46. Dias depois, em 17/12, foi editado o Decreto nº 7.036/09, seguindo-se novo relatório.¹⁹

DECRETO 7.036 DE 2009

Variação em Relação à 5ª Avaliação

Discriminação	R\$ Milhões	Principais Fatores Explicativos
Receita Administrada pela RFB	1.992,9	Excesso de arrecadação em novembro em virtude da maior adesão ao Refis IV.
Demais Receitas	2.849,1	Arrecadação de depósitos judiciais com base na Lei 12.099 (R\$ 3,8 bilhões) e redução na previsão de ingresso de operações com ativos (R\$ 1 bilhão).
Receita Primária, exceto Contribuição Previdenciária	4.842,0	
Redução das Transferências a Estados e Municípios (-)	80,4	Aumento na previsão dos Impostos de Renda e IPI.
Saldo	4.761,5	

Fonte: Relatório de dezembro de 2009, Ministério do Planejamento (SOF). Elaboração dos autores.

(1) Inclui despesas dos demais poderes.

47. Esses resultados permitiram a ampliação dos limites de movimentação e empenho e de pagamentos estabelecidos na 5ª avaliação.
48. Em decorrência do excesso de arrecadação em novembro, a margem foi aumentada em R\$ 4,8 bilhões, praticamente anulando todo o contingenciamento realizado no início do ano.
49. O Decreto 7.036/09 incorporou arrecadação de receitas administradas de R\$ 2 bilhões a mais no mês de novembro, em decorrência da maior adesão ao programa de refinanciamento Refis IV.
50. As receitas não administradas aumentaram em R\$ 2,8 bilhões com a arrecadação de R\$ 3,8 bilhões de depósitos judiciais não tributários, parcialmente compensados pela expectativa de recebimento de menos R\$ 1 bilhão nas operações com ativos. A esse título, nada foi arrecadado até o momento, e essa receita constou dos 2 orçamentos anteriores sem se ter realizado.

transferidos recursos pertencentes aos governos subnacionais que ingressaram em anos anteriores como depósitos judiciais, que estavam por ser classificados.

¹⁹ LDO, art. 71:

...

§ 6º O restabelecimento de empenho e movimentação financeira será efetuado a qualquer tempo, devendo o relatório a que se refere o § 4º deste artigo ser encaminhado ao Congresso Nacional e aos órgãos referidos no art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 2000, no prazo de até 7 (sete) dias úteis, contados a partir da data em que entrar em vigor o respectivo ato.

VI – O DECRETO DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

51. A Tabela a seguir mostra como evoluiu o contingenciamento no exercício.

Determinantes do Contingenciamento de Despesas do Executivo nos Decretos de Programação Financeira, Exercício de 2009 ⁽¹⁾									
Variação em Relação a Lei	1ª Avaliação (Decreto 6.808)		2ª Avaliação (Decreto 6.867)	3ª Avaliação (Decreto 6.923)	4ª Avaliação (Decreto 6.993)	5ª Avaliação (Decreto 7.027)	Avaliação de Dezembro (Decreto 7.036)		Diferença Dec 7.036 - Dec 7.027
	R\$ Milhões	% Conting	R\$ Milhões				% Conting	R\$ Milhões	
Previsão de Receitas Líquidas	(32.410,4)	(152,4)	(41.745,9)	(42.274,6)	(46.289,8)	(45.960,1)	(41.198,5)	(113.924,0)	4.761,5
<i>Receitas Administradas</i>	(37.377,5)	(175,7)	(49.317,6)	(56.652,6)	(64.062,1)	(67.395,2)	(65.402,3)	(180.853,4)	1.992,9
<i>Receitas Não Administradas</i>	(4.066,3)	(19,1)	(3.866,3)	210,5	1.851,6	5.050,6	8.899,7	24.609,8	3.849,1
<i>Arrecadação do INSS</i>	(6.895,5)	(32,4)	(6.895,5)	(5.546,0)	(6.046,0)	(6.046,0)	(6.046,0)	(16.718,6)	-
<i>Operações com Ativos</i>	-	-	-	-	-	-	(1.000,0)	(2.765,2)	(1.000,0)
<i>Subtotal Receitas Brutas</i>	(48.339,3)	(227,3)	(60.079,4)	(61.988,1)	(68.256,5)	(68.390,6)	(63.548,6)	(175.727,5)	4.842,0
<i>Transfer Estados e Municípios</i>	15.928,9	74,9	18.333,5	19.713,5	21.966,7	22.430,5	22.350,1	61.803,4	(80,4)
Necessidade de Superávit ⁽²⁾	(1.385,3)	(6,5)	(25.080,7)	(25.202,6)	(38.151,0)	(38.151,0)	(38.151,0)	(105.496,9)	-
Despesas Obrigatórias ⁽³⁾	(9.757,6)	(45,9)	(4.544,9)	(4.951,6)	(1.408,3)	(3.089,3)	(3.011,3)	(8.327,1)	77,9
<i>Pessoal e Encargos</i>	(1.066,8)	(5,0)	(1.066,8)	(1.066,8)	(1.066,8)	(1.451,8)	(1.451,8)	(4.014,6)	-
<i>Benefícios Previdenciários</i>	(7.650,8)	(36,0)	(5.574,7)	(5.574,7)	(5.371,9)	(5.336,9)	(5.336,9)	(14.757,8)	-
<i>Benef Assist Vincul ao Mínimo</i>	-	-	1.498,4	1.839,6	2.839,6	4.203,6	4.203,6	11.623,9	-
<i>Créditos Extraordinários</i>	3.000,0	14,1	3.300,0	4.517,3	5.517,3	4.506,4	4.506,4	12.461,4	-
<i>Subsídios e Subvenções</i>	(5.285,5)	(24,9)	(5.285,5)	(7.285,5)	(7.285,5)	(8.529,3)	(8.529,3)	(23.585,5)	-
<i>Fundos Adal/Adene</i>	1.200,0	5,6	1.200,0	1.200,0	1.200,0	700,0	700,0	1.935,7	-
<i>Fabricação Cédulas Moedas</i>	600,0	2,8	600,0	600,0	600,0	600,0	600,0	1.659,1	-
<i>Legislativo/Judiciário/MPU</i>	(326,3)	(1,5)	(92,2)	55,0	223,2	307,3	385,3	1.065,3	77,9
<i>Auxílio Financeiro Municípios</i>	-	-	1.000,0	1.000,0	2.000,0	2.000,0	2.000,0	5.530,5	-
<i>Outras Despesas Obrigatórias</i>	(228,2)	(1,1)	(124,1)	(236,5)	(64,3)	(88,7)	(88,7)	(245,2)	-
Contingenciamento	21.267,5	100,0	12.120,3	12.120,3	6.730,4	4.719,8	36,2	100,0	(4.683,6)

Fonte: Avaliações e decretos citados; tabelas desta Nota. Elaboração dos autores.

⁽¹⁾ Diferenças podem decorrer de arredondamento.

⁽²⁾ Inclusive por reestimativa do PIB.

⁽³⁾ Inclui a variação das despesas dos demais Poderes.

52. O Decreto 7.036/09 implicou, pela primeira vez no ano, aumento da previsão de receitas brutas, em pouco mais de R\$ 4,8 bilhões em relação ao decreto anterior. As despesas obrigatórias ficaram inalteradas, salvo pela abertura de crédito adicional em favor da Justiça do Trabalho. Ficou inalterado também o auxílio financeiro aos municípios de que tratou a Lei 12.058/09.²⁰

53. Em relação ao orçamento, a frustração de receitas brutas ainda é de R\$ 63,5 bilhões. As receitas líquidas estão R\$ 41,2 bilhões abaixo do previsto na lei.

54. A necessidade de contingenciar despesas discricionárias, incluindo as do PAC que não integravam o PPI, veio caindo no exercício. Na 2ª avaliação, a queda deveu-se à redução da meta primária em percentagem do PIB, em parte anulada por reestimativa negativa de receitas e aumento das despesas obrigatórias. Na 4ª avaliação, outra variação importante: a substituição do PAC pelo PPI liberou R\$ 12,95 bilhões, que em parte se perderam com nova reestimativa negativa de receitas (-R\$ 4 bilhões) e novo aumento de despesas obrigatórias (R\$ 3,5 bilhões, dos quais R\$ 1 bilhão a mais de créditos extraordinários). Na 5ª avaliação houve novo corte das despesas obrigatórias, de R\$ 1,7 bilhão.

²⁰ O governo federal tem facilitado para os estados e municípios contornar a situação financeira durante a recessão, em parte para atenuar críticas de que concedia estímulos tributários em alguns casos com receitas partilhas, e, além do apoio financeiro aos municípios, adiantou até agosto as transferências do Fundeb. Ao mesmo tempo, abriu linhas de créditos em bancos oficiais para atender a necessidades transitórias de estados. Ao mesmo tempo, em grande parte devido à atuação parlamentar, foram transferidos recursos pertencentes aos governos subnacionais que ingressaram em anos anteriores como depósitos judiciais, que estavam por ser classificados.

55. As receitas do INSS tiveram queda acentuada em relação à lei desde a 1ª avaliação, com base no arrecadado até fevereiro, e melhoria de R\$ 850 milhões desde então.
56. As receitas não administradas, que na 1ª avaliação haviam sido reduzidas R\$ 4,1 bilhões em relação à lei, estão se revelando boa fonte arrecadadora, e já se prevê, ao contrário, que superarão o orçamento em R\$ 8,9 bilhões, dos quais R\$ 3,8 bilhões passaram a integrar as estimativas, da 5ª para o relatório de dezembro.
57. Os elementos que colaboraram na determinação do total contingenciado foram os seguintes: (a) reestimativa do Executivo de receitas líquidas bem abaixo do montante calculado pelo Congresso; (b) mudança do mínimo de superávit primário dos orçamentos fiscal e da seguridade social que pode ser realizado; e (c) redução das despesas obrigatórias, orçamentárias e extraorçamentárias, recalculadas pelo Executivo (R\$ 3 bilhões a menos).²¹
58. Como os anteriores, o decreto remeteu à reserva²² a totalidade do valor descontingenciado, que se somou aos saldos lá remanescentes em 9/12, como mostra a Tabela.

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, 2009
Limites com o Decreto 7.036/09, de 17/12
(R\$ milhões)

Anexos e Reservas	Em 17 de dezembro		
	Novos Limites e Saldos	Acréscimos Dec 7.036	Limites e Saldos Anteriores ⁽¹⁾
1. Movimentação e Empenho	144.482,6	-	144.482,6
2. Reserva Orçamentária	1.868,8	4.683,6	6.552,5
3. Limite Orçamentário (1+2)	146.351,4	4.683,6	151.035,1
4. Pagamentos	132.688,4	-	132.688,4
5. Reserva Financeira	13.663,1	4.683,6	18.346,7
6. Limite Financeiro (4+5)	146.351,4	4.683,6	151.035,1
7. Diferença entre Reservas (5-2)	11.794,2	-	11.794,2

Fonte: Decreto e portarias citados. Elaboração dos autores.

⁽¹⁾ Atualizado até as Portarias Interministeriais 492, de 17/12, e 564, de 04/12.

59. A reserva financeira alcançou cautelosos R\$ 18,3 bilhões, que estão servindo de colchão para imprevistos futuros, inclusive para compensar a não execução integral do PAC e o aumento do PIB nominal do qual se calcula a meta primária.

²¹ Esta análise comparou o que o Executivo estima realizar em 2009, com diversas ressalvas já levantadas, e a lei orçamentária em vigor, para identificar e resumir os determinantes da limitação formal da execução das despesas, por grandes grupos. Não se confunde com o exame da evolução da situação fiscal e dos fatores que levaram a essa evolução, que se deve basear na comparação entre o realizado em 2008 e o previsto para 2009. A comparação com o desempenho em 2008 indica que a queda no resultado dos orçamentos fiscal e da seguridade será da ordem de 1,5% do PIB (uns R\$ 46 bilhões a preços e PIB de 2009). Ao mesmo tempo, a previsão é de que a receita líquida caia apenas 0,12% do PIB (uns R\$ 3,7 bilhões) de um ano para outro. Esses cálculos consideram no ano passado o ajuste para Itaipu de quase R\$ 1,8 bilhão e o aporte ao FSB equivalente a quase 0,5% do PIB com saldo positivo. Para esse tipo de exame, ver NT 20/09, de 30/9, desta Consultoria em <http://intranet2.camara.gov.br/internet/orcamentobrasil/orcamentouniao/estudos/2009/NT22.pdf>.

²² Referimo-nos à reserva de que trata o art. 8º do Decreto 6.808/09, de 27/3.



VII – RECEITAS NO RELATÓRIO DE DEZEMBRO

60. A Tabela da página seguinte mostra resultados da receita em 2008 e as sucessivas avaliações de 2009.
61. Neste relatório de dezembro, o Executivo espera arrecadar em 2009 R\$ 63,5 bilhões a menos do que o previsto na lei.²³ Como reduções importantes se dão em receitas partilhadas, as transferências aos governos subnacionais também caem em relação à lei, resultando para eles em perda líquida de R\$ 22,4 bilhões, distribuída entre tributos federais partilhados e compensações financeiras.²⁴
62. Receitas administradas pela RFB (não incluindo as do INSS) serão R\$ 65,4 bilhões menores que as estimadas na lei orçamentária. Também diminuem as receitas do INSS (menos R\$ 6 bilhões). As receitas não administradas, diferentemente, já estão acima do projetado na lei em R\$ 7,9 bilhões, descontando a previsão a menor de receita com ativos em R\$ 1 bilhão.
63. Desde a 1ª avaliação (Dec. 6.808/09, de 27/3), as previsões de receitas vinham caindo, e sobem neste último relatório. As estimativas mais recentes do Executivo, que já refletem o realizado até novembro, mostram um quadro bem bem mais animador do que se poderia imaginar dois meses atrás. Como proporção do PIB, espera-se queda da receita de 0,49 ponto do PIB em relação ao recorde alcançado em 2008. No entanto, a previsão do ingresso líquido de receitas em 2009, comparada com 2008, acusa baixa de apenas 0,04% do Produto, equivalente a R\$ 1,2 bilhão, usando-se a projeção oficial do PIB.
64. As receitas do INSS aumentam em relação a 2008 o equivalente a 0,3% do PIB, e ficam inalteradas em relação à 5ª avaliação.

²³ As estimativas de receita constantes das leis orçamentárias vinham sendo, regra geral, inferiores ao efetivamente realizado. Tomando 2002 como ponto de partida, apenas em 2006 a arrecadação ficou abaixo do orçamento, e por muito pouco. Em 2007, houve novamente diferença positiva entre o efetivamente arrecadado e as estimativas. Em 2008, as diferenças entre o efetivamente arrecadado e as estimativas de receita foram expressivas, somando R\$ 34,7 bilhões.

²⁴ Além disso, o Fundo Constitucional do DF deixa de receber R\$ 240 milhões em relação ao orçamento, uma vez que houve, no primeiro semestre de 2008, erro no cálculo da receita corrente líquida, que desde janeiro deveria ter incluído como deduções as transferências para o Fundeb, a despesa com a complementação da União ao Fundeb e a cota-parte dos estados e do DF do salário-educação. Ver Portaria STN nº 41, de 22/01/2009.



RECEITAS DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, 2008-2009

	2008 Realizado		Estimativas 2009									Diferença entre Dec 7.027/ Dec 6.993	Diferenças do Decreto 7.036 para				
			Orçamento		1ª Avaliação (Dec 6.808)	2ª Avaliação (Dec 6.867)	3ª Avaliação (Dec 6.923)	4ª Avaliação (Dec 6.993)	5ª Avaliação (Dec 7.027)	Relatório de Dezembro (Dec 7.036)			2008 Realizado		Orçamento 2009		5ª Avaliação
	R\$ Milhões	% do PIB	R\$ Milhões	% do PIB	R\$ Milhões						% do PIB	R\$ Milhões	% do PIB	R\$ Milhões	% do PIB	R\$ Milhões	
RECEITA TOTAL	717.442,2	24,83	805.286,1	25,52	756.946,7	745.206,7	743.297,9	737.029,6	736.895,5	741.737,5	24,34	(134,1)	24.295,3	(0,49)	(63.548,6)	(1,17)	4.842,0
Receita Administrada	466.337,0	16,14	522.458,7	16,55	485.067,5	473.127,4	465.792,4	458.382,9	455.049,8	457.042,67	15,00	(3.333,09)	(9.294,4)	(1,14)	(65.416,0)	(1,56)	1.992,9
Imposto de Importação	17.171,3	0,59	20.559,0	0,65	23.378,8	22.019,1	15.813,1	15.487,2	15.702,1	15.848,96	0,52	214,98	(1.322,3)	(0,07)	(4.710,0)	(0,13)	146,8
IPI	37.361,1	1,29	44.943,9	1,42	40.099,2	34.628,4	28.525,9	27.606,7	27.292,1	27.753,57	0,91	(314,61)	(9.607,6)	(0,38)	(17.190,3)	(0,51)	461,5
Imposto de Renda	179.249,4	6,20	202.800,9	6,43	185.221,4	184.177,3	186.979,6	183.203,7	182.463,7	182.027,32	5,97	(740,08)	2.777,9	(0,23)	(20.773,6)	(0,45)	(436,3)
IOF	20.340,3	0,70	21.875,6	0,69	19.067,7	18.630,1	18.641,3	18.577,0	18.384,8	18.941,32	0,62	(192,16)	(1.399,0)	(0,08)	(2.934,2)	(0,07)	556,5
COFINS	121.923,9	4,22	135.708,2	4,30	125.198,6	122.212,9	121.339,7	119.171,0	117.477,9	118.297,36	3,88	(1.693,07)	(3.626,6)	(0,34)	(17.410,8)	(0,42)	819,4
PIS/PASEP	31.515,8	1,09	34.666,0	1,10	32.792,5	32.222,7	32.138,8	31.570,7	31.483,0	31.616,09	1,04	(87,76)	100,3	(0,05)	(3.049,9)	(0,06)	133,1
CSLL	44.613,2	1,54	49.555,6	1,57	46.631,8	46.890,6	47.515,0	46.398,6	46.192,5	46.172,16	1,52	(206,14)	1.558,9	(0,03)	(3.383,4)	(0,05)	(20,3)
CPMF	1.109,5	0,04	-	-	22,3	72,7	73,1	144,4	181,8	267,71	0,01	37,36	(641,8)	(0,03)	267,7	0,01	85,9
CIDE-Combustíveis	5.944,0	0,21	4.620,1	0,15	3.763,7	3.415,0	4.846,5	4.771,2	4.791,1	4.856,67	0,16	19,92	(1.087,3)	(0,05)	236,5	0,01	65,6
Outras Administradas RFB	7.108,6	0,25	7.729,5	0,24	8.891,4	8.858,6	9.919,3	11.452,4	11.080,8	11.261,52	0,37	(371,55)	4.153,0	0,12	3.532,0	0,12	180,7
Arrecadação Líquida do INSS	163.355,3	5,65	187.831,8	5,95	180.936,3	180.936,3	182.285,8	181.785,8	181.785,8	181.785,80	5,97	-	18.430,5	0,31	(6.046,0)	0,01	-
Receitas Não Administradas	87.750,9	3,04	92.602,7	2,93	88.536,4	88.736,4	92.813,2	94.454,3	97.653,3	101.502,39	3,33	3.199,01	13.751,4	0,29	8.899,7	0,40	3.849,1
Concessões	6.080,0	0,21	4.572,3	0,14	4.572,3	4.572,3	4.572,3	4.572,3	4.572,3	4.572,31	0,15	-	(1.507,7)	(0,06)	-	0,01	-
Dividendos	13.363,8	0,46	10.106,2	0,32	13.700,0	13.700,0	16.700,0	18.235,9	21.334,4	21.334,44	0,70	3.098,54	7.970,7	0,24	11.228,2	0,38	-
Contribuição PSSS	6.627,5	0,23	8.140,1	0,26	8.140,1	8.140,1	8.140,1	8.140,1	8.140,1	8.140,10	0,27	-	1.512,6	0,04	-	0,01	-
Salário-Educação	8.776,4	0,30	10.687,0	0,34	10.624,9	10.624,9	10.624,9	10.624,9	10.624,9	10.624,89	0,35	-	1.848,5	0,04	(62,2)	0,01	-
Royalties/Comp. Financeiras	25.031,7	0,87	27.916,3	0,88	20.318,4	20.318,4	21.034,8	21.034,8	21.112,1	21.112,09	0,69	77,24	(3.919,6)	(0,17)	(6.804,3)	(0,19)	-
Demais Receitas	15.750,9	0,55	17.355,5	0,55	16.973,7	17.438,7	17.738,9	17.738,9	17.738,9	21.587,98	0,71	-	5.837,1	0,16	4.232,5	0,16	3.849,1
Receita Própria (fts 50 & 81)	10.283,1	0,36	11.572,1	0,37	11.953,9	11.688,9	11.749,1	11.854,3	11.877,5	11.877,51	0,39	23,23	1.594,4	0,03	305,5	0,02	-
FGTS	1.837,7	0,06	2.253,1	0,07	2.253,1	2.253,1	2.253,1	2.253,1	2.253,1	2.253,07	0,07	-	415,4	0,01	-	0,00	-
Operações com Ativos	-	-	2.500,0	0,08	2.500,0	2.500,0	2.500,0	2.500,0	2.500,0	1.500,00	0,05	-	1.500,0	0,05	(1.000,0)	(0,03)	(1.000,0)
Incentivos Fiscais	(1,1)	(0,00)	(107,1)	(0,00)	(93,4)	(93,4)	(93,4)	(93,4)	(93,4)	(93,40)	0,05	-	(92,3)	0,05	13,7	0,05	-
TRANSFERÊNCIAS E/MUN	127.385,0	4,41	143.184,4	4,54	127.255,5	124.850,9	123.470,9	121.217,7	120.753,9	120.834,35	3,97	(463,77)	(6.550,7)	(0,44)	(22.350,1)	(0,57)	80,4
FPE/FPM/PI-EE	101.880,6	3,53	115.092,1	3,65	104.482,1	101.701,8	99.721,4	97.525,2	97.131,5	97.188,95	3,19	(393,66)	(4.691,7)	(0,34)	(17.903,2)	(0,46)	57,4
Fundos Regionais	2.700,0	0,09	2.973,5	0,09	2.517,8	3.033,1	2.938,5	2.798,2	2.739,8	2.740,55	0,09	(58,43)	40,6	(0,00)	(233,0)	(0,00)	0,8
Salário Educação	5.172,9	0,18	6.412,2	0,20	6.191,0	6.128,1	6.128,1	6.128,1	6.128,1	6.128,08	0,20	-	955,1	0,02	(284,2)	(0,00)	-
Compensações Financeiras	15.795,2	0,55	17.333,6	0,55	12.873,5	12.873,5	13.391,6	13.391,6	13.391,6	13.391,63	0,44	(0,00)	(2.403,5)	(0,11)	(3.941,9)	(0,11)	-
Cide-combustíveis	1.578,9	0,05	1.070,6	0,03	883,7	807,1	988,9	974,1	962,4	977,63	0,03	(11,67)	(601,2)	(0,02)	(92,9)	(0,00)	15,2
Demais	257,4	0,01	302,4	0,01	307,3	307,3	307,3	400,5	400,5	407,52	0,01	-	150,1	0,00	105,1	0,00	7,0
RECEITA LÍQUIDA	590.057,1	20,42	682.101,8	20,98	629.891,2	620.355,7	619.827,1	615.811,9	616.141,8	620.903,1	20,38	329,7	30.846,0	(0,04)	(41.198,5)	(0,60)	4.761,5
PRODUTO INTERNO BRUTO	2.889.718,6	100	3.155.934,7	100	3.092.002,2	3.055.904,0	3.047.191,5	3.047.191,5	3.047.191,5	3.047.191,5	100

Fonte: RFB/MF; SOF/MPOG; relatórios de avaliação orçamentária citados. Elaboração dos autores.

VII.1 RECEITA ADMINISTRADA

65. As reduções das estimativas de receitas administradas em 2009 em relação à lei concentram-se no imposto de renda (R\$ 20,8 bilhões), na Cofins-PIS/Pasep (R\$ 20,5 bilhões) e no IPI (R\$ 17,2 bilhões), as maiores rubricas, e já incluem receitas extraordinárias decorrentes da conversão em renda de depósitos judiciais e extrajudiciais tributários feitos antes de dezembro de 1998. O ganho nas outras receitas administradas (R\$ 3,5 bilhões) decorre de ingressos do novo programa de recuperação fiscal e de depósitos judiciais não classificados.

66. As receitas administradas pela RFB, exceto INSS, caem em relação a 2008 1,1% do PIB. Ao IPI deve-se 0,4% do PIB, frente a desonerações importantes concedidas no exercício, a Cofins-PIS/Pasep deve-se 0,4% do PIB, e ao imposto de renda 0,23% do PIB.

RECEITA ADMINISTRADA PELA RFB NA LEI E NAS 5 PRIMEIRAS AVALIAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, 2008-2009

Arrecadação Líquida de Restituições

Receitas	2009						Diferenças entre				
	Lei	Decreto 7.036/09 e			Relatório de Dezembro (Dec 7.036/09)	5ª Aval e 4ª Aval	2008 Realizado		2009		
		1ª Avaliação (Dec 6.808/09)	4ª Avaliação (Dec 6.993/09)	5ª Avaliação (Dec 7.027/09)			R\$ Milhões	% PIB	Orçamento R\$ Milhões	5ª Aval R\$ Milhões	
	R\$ Milhões	R\$ Milhões	R\$ Milhões	R\$ Milhões	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	Orçamento R\$ Milhões	5ª Aval R\$ Milhões	
Imposto sobre Importação	20.559	23.379	15.487	15.702	15.849	0,52	215	(1.322)	(0,07)	(4.710)	147
IPI	44.944	40.099	27.607	27.292	27.754	0,91	(315)	(9.607)	(0,38)	(17.190)	462
IPI - Fumo	3.176	3.077	3.262	3.274	3.277	0,11	12	66	(0,00)	101	3
IPI - Bebidas	2.618	2.626	2.289	2.255	2.262	0,07	(34)	(227)	(0,01)	(356)	7
IPI - Automóveis	7.781	4.366	1.824	1.901	2.052	0,07	77	(3.980)	(0,14)	(5.729)	151
IPI - Vinculado Importações	12.719	13.405	8.361	8.353	8.319	0,27	(8)	(2.032)	(0,09)	(4.400)	(34)
IPI - Outros	18.650	16.624	11.871	11.510	11.844	0,39	(361)	(3.434)	(0,14)	(6.806)	334
Imposto sobre a Renda	202.694	185.128	183.110	182.370	181.935	5,97	(740)	2.687	(0,23)	(20.759)	(435)
IR - Pessoa Física	17.173	14.989	14.469	14.710	14.884	0,49	241	(164)	(0,03)	(2.289)	174
IR - Pessoa Jurídica	91.404	86.023	81.781	82.087	82.264	2,70	306	851	(0,12)	(9.139)	177
IR Retido na Fonte	94.116	84.116	86.860	85.573	84.786	2,78	(1.287)	1.999	(0,08)	(9.330)	(787)
IRRF - Trabalho	44.532	38.445	43.469	43.330	42.719	1,40	(139)	1.373	(0,03)	(1.813)	(611)
IRRF - Capital	32.566	27.082	25.852	24.937	24.299	0,80	(915)	(1.286)	(0,09)	(8.267)	(638)
IRRF - Residentes no Exterior	10.759	12.097	11.388	11.031	11.129	0,37	(357)	1.197	0,02	370	98
IRRF - Outros Rendimentos	6.259	6.492	6.151	6.275	6.639	0,22	124	715	0,01	380	364
IOF - Imp Op Financeiras	21.876	19.068	18.577	18.385	18.941	0,62	(192)	(1.399)	(0,08)	(2.935)	556
ITR - Imposto Territorial Rural	443	497	482	461	477	0,02	(20)	12	(0,00)	34	16
CPMF - Contrib Prov Mov Fin	-	22	144	182	268	0,01	37	(841)	(0,03)	268	86
COFINS - Cont Seg Social	135.708	125.199	119.171	117.478	118.297	3,88	(1.693)	(3.627)	(0,34)	(17.411)	819
Contribuição para o PIS/Pasep	34.666	32.792	31.571	31.483	31.616	1,04	(88)	100	(0,05)	(3.050)	133
CSLL - Cont. Social Lucro Líquido	49.556	46.632	46.399	46.192	46.172	1,52	(206)	1.559	(0,03)	(3.384)	(20)
CIDE - Combustíveis	4.620	3.764	4.771	4.791	4.857	0,16	20	(1.087)	(0,05)	237	66
Contribuição para o Fundaf	300	260	299	315	330	0,01	16	78	0,00	30	15
Outras Administradas	6.986	8.135	10.672	10.305	10.454	0,34	(367)	4.063	0,12	3.468	149
SUBTOTAL SEM PREVIDÊNCIA	522.352	484.974	458.290	454.956	456.950	15,00	(3.333)	(9.386)	(1,14)	(65.402)	1.994
RECEITA PREVIDENCIÁRIA	187.832	180.936	181.786	181.786	181.786	5,97	-	18.431	0,31	(6.046)	-
RECEITA ADMINISTRADA RFB	710.183	665.910	640.075	636.742	638.736	20,96	(3.333)	9.045	(0,83)	(71.448)	1.994
Memorando:											
Cofins+PIS/Pasep (valor agregado)	170.374	157.991	150.742	148.961	149.913	4,92	(1.781)	(3.527)	(0,39)	(20.461)	952
IPI+Cide (impostos seletivos)	49.564	43.863	32.378	32.083	32.611	1,07	(295)	(10.694)	(0,43)	(16.953)	528
IRPJ + CSLL (lucros)	140.960	132.655	128.180	128.280	128.436	4,21	100	2.410	(0,15)	(12.523)	157
IRPF+IR-fonte-trabalho (indivíduos)	61.706	53.434	57.938	58.040	57.603	1,89	102	1.209	(0,06)	(4.103)	(437)

Fonte: Orçamento de 2009; decretos e avaliações citados; Receita Federal do Brasil; IBGE. Elaboração dos autores.

67. Não há informação sobre o montante arrecadado de receitas atípicas até novembro. Pela terceira vez no ano não constou do relatório de avaliação orçamentária o demonstrativo que permite medir o impacto, nas estimativas, de quantidade e preços (incluindo os chamados parâmetros, comentados em seção anterior) e legislação, e destacar os valores atribuídos a receitas extraordinárias.
68. No relatório de dezembro foi observado que não houve mudança nas hipóteses de comportamento das principais variáveis desde a 3ª avaliação, e a legislação em vigor em junho ficou congelada. Em Notas anteriores sobre avaliações orçamentárias, foi possível examinar e atribuir parte das alterações das estimativas de receitas à evolução dessas variáveis. Desde a 4ª avaliação as previsões mudaram apenas no montante que se deixou de arrecadar até o fim do mês anterior. Ou seja, as mudanças em relação à estimativa da 5ª avaliação (Decreto 7.027/09) refletiriam estritamente o excesso da arrecadação de novembro, de R\$ 2 bilhões, como mostra Tabela seguinte.

RECEITA ADMINISTRADA PELA RFB, 2009
Diferenças entre Receita Realizada e Prevista
Janeiro a Novembro e no Exercício
(R\$ milhões)

Discriminação	Excesso de Arrecadação em Novembro Segundo		Diferenças no Exercício
	Resultados RFB/ Dec 7.027/09	Relatório de Dezembro/ Dec 7.027/09	Dec 7.036- Dec 7.027
TOTAL DAS RECEITAS DA RFB	5.013,1	1.993,6	1.992,9
Imposto de Importação	146,8	146,9	146,8
IPI	461,5	461,9	461,5
Imposto de Renda	(435,3)	(435,3)	(436,3)
IOF	556,5	556,2	556,5
COFINS	819,4	819,1	819,4
PIS/PASEP	133,1	133,0	133,1
CSLL	(20,3)	(20,5)	(20,3)
CPMF	85,9	86,2	85,9
CIDE-combustíveis	65,6	65,9	65,6
Outras Administradas pela SRF	3.199,8	180,2	180,7

Fonte: Secretarias de Orçamento Federal e da Receita Federal do Brasil. Elaboração dos autores.

69. A primeira coluna da Tabela baseia-se na divulgação oficial do resultado da arrecadação da RFB, e dela se constata que o excesso de receita administrada foi de quase R\$ 5 bilhões em relação à previsão do decreto anterior. A diferença (R\$ 3 bilhões) em relação ao relatório de dezembro ficou no item “outras receitas administradas” e reflete os seguintes fatores: (a) transferência de depósitos judiciais e extrajudiciais, anteriores à Lei 9.703/98, da Caixa Econômica Federal para o Tesouro Nacional, em conformidade com a MP 468/09 e as Portarias MF 510/09 e 531/09; (b) recolhimento de débitos em atraso, conforme os benefícios da Lei nº 11.941/09; e (c) recolhimento da primeira parcela do crédito prêmio do IPI, conforme Portaria MF 470/09.

VII.2 RECEITAS NÃO ADMINISTRADAS

70. A previsão das receitas não-administradas, diferentemente, vem sendo elevada a cada nova avaliação e ultrapassou o constante do orçamento, conforme a Tabela a seguir.



RECEITAS NÃO ADMINISTRADAS EM 2008, NA LEI E NAS AVALIAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DE 2009
(R\$ milhões)

Discriminação	2008	2009							Diferenças Entre		
		Lei	Decreto 7.036/09 e					Relatório de Dezembro (Dec 7.036/09)	Lei	5ª Aval	5ª Aval e 4ª Aval
			1ª Avaliação (Dec 6.808/09)	2ª Avaliação (Dec 6.867/09)	3ª Avaliação (Dec 6.923/09)	4ª Avaliação (Dec 6.993/09)	5ª Avaliação (Dec 7.027/09)				
DEMAIS RECEITAS	87.750,9	95.102,7	91.036,4	91.236,4	95.313,2	96.954,3	100.153,3	103.002,4	7.899,7	2.849,1	3.199,0
Concessões	6.080,0	4.572,3	4.572,3	4.572,3	4.572,3	4.572,3	4.572,3	4.572,3	-	-	-
Dividendos	13.363,8	10.106,2	13.700,0	13.700,0	16.700,0	18.235,9	21.334,4	21.334,4	11.228,2	-	3.098,5
Contribuição ao PSSS	6.627,5	8.140,1	8.140,1	8.140,1	8.140,1	8.140,1	8.140,1	8.140,1	-	-	-
Salário-Educação	8.776,4	10.687,0	10.624,9	10.624,9	10.624,9	10.624,9	10.624,9	10.624,9	(62,2)	-	-
Compensações Financeiras	25.031,7	27.916,3	20.318,4	20.318,4	21.034,8	21.034,8	21.112,1	21.112,1	(6.804,3)	-	77,2
Demais Receitas	15.750,9	17.355,5	16.973,7	17.438,7	17.738,9	17.738,9	17.738,9	21.588,0	4.232,5	3.849,1	-
Receita Própria (fts 50 & 81)	10.283,1	11.572,1	11.953,9	11.688,9	11.749,1	11.854,3	11.877,5	11.877,5	305,5	-	23,2
FGTS	1.837,7	2.253,1	2.253,1	2.253,1	2.253,1	2.253,1	2.253,1	2.253,1	-	-	-
Operações com Ativos	-	2.500,0	2.500,0	2.500,0	2.500,0	2.500,0	2.500,0	1.500,0	(1.000,0)	(1.000,0)	-

Fonte: Secretaria de Orçamento Federal (SOF/MPO); Orçamento de 2009, decretos e avaliações citados; IBGE. Elaboração dos autores.

71. Comparativamente à avaliação anterior, espera-se arrecadar mais R\$ 2,8 bilhões, sendo R\$ 3,8 bilhões de recursos já ingressados em novembro, referente a depósitos judiciais não tributários, ao amparo da Lei nº 12.099/09, de 27/11. O governo reduziu finalmente em R\$ 1 bilhão a previsão com alienação de ativos inservíveis, sem ainda ter eliminado o item. Ele havia sido incorporado ao orçamento de 2009 por emenda parlamentar.²⁵
72. Ao contrário da receita administrada pela RFB, a receita não administrada supera a estimativa da lei. Destaque são os dividendos e juros sobre o capital próprio.
73. O volume de contribuição das estatais é recorde: (a) foi continuamente reestimado entre a 3ª e a 5ª avaliação para maior; (b) estão reprogramados em mais de R\$ 21,3 bilhões para todo o exercício; e (c) porém, o SIAFI acusa ingressos de R\$ 22,6 bilhões até 28 de dezembro. As estatais em questão são instituições financeiras públicas ou de economia mista²⁶, destacando-se as primeiras, que ao mesmo tempo receberam no exercício volumosos empréstimos para poder ampliar suas operações. O substancial ingresso de dividendos deve-se aos pagamentos do BNDES, que propiciaram pelo menos R\$ 11 bilhões, metade desse tipo de receita no exercício. Só em dezembro o BNDES distribuiu ao Tesouro R\$ 1 bilhão.
74. Comparativamente à lei orçamentária, as receitas de *royalties* de petróleo se reduzem em R\$ 6,8 bilhões, mas melhoraram em relação à 1ª avaliação.
75. Algumas receitas ainda estão superestimadas, mesmo tratando-se do último relatório do exercício. Apenas R\$ 3 bilhões ingressaram a título de concessões até dezembro, mas a previsão continua em R\$ 4,6 bilhões desde a lei orçamentária. Deixarão de ingressar bônus de assinatura de contrato de concessão (petróleo) de R\$ 1,5 bilhão. Desde 2007 pretende-se arrecadar a título de operações com ativos, sem êxito. Até novembro nada foi arrecadado. R\$ 1,5 bilhão que sobrou a esse título é parte da superestimativa de receitas.

²⁵ Retorna no orçamento de 2010 com quase o mesmo valor original (R\$ 2,4 bilhões).

²⁶ A Petrobras pode distribuir dividendos agora sem simultaneamente ter que contribuir para a formação do superávit primário.

VIII - RELATÓRIO DE RECEITAS

76. O acompanhamento da arrecadação das receitas da União ganhou destaque com a aprovação da Resolução nº 1, de 2006-CN.
77. Em setembro o desempenho da arrecadação da RFB foi o pior do ano. A arrecadação do mês (exceto INSS), comparada com a do mesmo mês de 2008, caiu 12,4% em valores correntes. No acumulado até o mês, em valores reais (IPCA), a queda foi de 11,2%.²⁷
78. Em outubro, uma vez que a comparação passou a ser feita em relação a uma base deprimida e que ingressaram volumosas receitas atípicas, houve aumento real (IPCA) de 2,4% em relação ao mesmo mês de 2008, como mostra a Tabela.

RECEITA ADMINISTRADA PELA RFB ⁽¹⁾

Arrecadação Bruta, 2008 e 2009
(R\$ milhões)

Deflator	2009			2008		Variação (%)		
	OUT	SET	JAN-OUT	OUT	JAN-OUT	OUT-09/ SET/09	OUT-09/ OUT/08	JAN-OUT/09 JAN-OUT/08
Nominal	48.657	34.594	379.335	45.602	399.844	40,7	6,7	(5,1)
IPCA	48.657	34.691	384.222	47.502	425.331	40,3	2,4	(9,7)
IGP-DI	48.657	34.580	377.814	44.799	408.126	40,7	8,6	(7,4)

Fonte: Receita Federal do Brasil, "Análise da Arrecadação das Receitas Federais", novembro de 2009.

(1) Não inclui receitas da Previdência.

79. Mostra também que de janeiro a outubro de 2009 as receitas brutas administradas pela RFB, excluídas as do INSS, tiveram, em relação ao mesmo período do ano anterior, queda nominal decrescente, de 5,1%.
80. Não fossem ingressos extraordinários, teria ocorrido em outubro a 12ª queda real consecutiva das receitas administradas pela RFB. Houve nesse mês: (a) a transferência prevista na Lei 12.058/09, de 13/10, para a conta única do Tesouro, de R\$ 5 bilhões de depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais realizados antes de 1º de dezembro de 1998 na Caixa Econômica Federal, cumprindo-se o cronograma (Portaria 510/09 do Ministério da Fazenda, de 16/10); e (b) arrecadação de quase R\$ 800 milhões por conta de contribuintes que aderiram ao novo programa de recuperação fiscal (Refis IV) de que trata a Lei 11.941/09, de 27/5.²⁸
81. O desempenho das receitas administradas pela RFB nos 11 primeiros meses de 2009 continuou decepcionando, como indica a Tabela a seguir.²⁹

²⁷ Ver <http://www.receita.fazenda.gov.br/Publico/arre/2009/Analisemensalset09.pdf>.

²⁸ Interessam, em particular, os pagamentos à vista. O contribuinte que efetuasse o pagamento à vista teria redução de 100% de multa de mora e de ofício, de 40% de multas isoladas, de 45% dos juros e de 100% sobre o valor do encargo legal. Juntamente com a adesão, o contribuinte deverá efetuar o pagamento da parcela mínima (R\$ 50 para pessoa física, R\$ 100 para pessoa jurídica e R\$ 2.000 no caso de débitos de IPI alíquota zero ou não tributado).

²⁹ Já vigorava o Refis IV, embora a avaliação não tenha atribuído importância específica ao efeito da lei. À época da 3ª avaliação, não era conhecida a legislação que determinou a conversão em renda dos depósitos judiciais tributários judiciais e



RECEITA ADMINISTRADA PELA RFB ⁽¹⁾

Arrecadação Bruta, 2008 e 2009
(R\$ milhões)

Deflator	2009			2008		Variação (%)		
	NOV	OUT	JAN-NOV	NOV	JAN-NOV	NOV-09/ OUT-09	NOV-09/ NOV-08	JAN-NOV-09/ JAN-NOV-08
Nominal	48.007	48.579	427.197	38.568	438.411	(1,2)	24,5	(2,6)
IPCA	48.007	48.778	433.659	40.195	467.270	(1,6)	19,4	(7,2)
IGP-DI	48.007	48.613	425.940	37.888	446.300	(1,2)	26,7	(4,6)

Fonte: Receita Federal do Brasil, "Análise da Arrecadação das Receitas Federais", dezembro de 2009.

(1) Não inclui receitas da Previdência.

82. O boletim "Análise da Arrecadação das Receitas Federais"³⁰ informa que de janeiro a novembro de 2009 as receitas brutas administradas pela RFB, excluídas as do INSS, tiveram, em relação ao mesmo período do ano anterior, queda nominal de 2,6%.
83. No entanto, mês contra mês, houve ganho real de mais de 20%, novamente por ingresso de receitas imprevistas e comparação com base em recessão: em novembro de 2008, em relação ao mesmo mês de 2007, a arrecadação caiu quase 6% em relação ao mesmo mês do ano anterior, em termos reais, e daí em diante caiu todos os meses até setembro de 2009.
84. A perda de receitas administradas pela RFB por conta de desonerações até novembro, em relação ao mesmo período de 2008, foi calculada pelo Executivo, em R\$ 23,3 bilhões a preços de 2009. Caminha-se para somar R\$ 25,3 bilhões ou mais de desonerações no ano, conforme estimado em julho na mensagem que encaminhou a proposta orçamentária de 2010 (antes de prorrogações de incentivos). Houve até novembro R\$ 5,5 bilhões de compensações de tributos imprevistas.³¹ Para 2009, estima-se que o PIB alcance R\$ 3.047,2 bilhões, dos quais R\$ 30,8 bilhões são 1%.³² Não se computou a perda decorrente da decisão da Petrobras de alterar o regime de apuração dos impostos sobre os lucros.
85. A meta de arrecadação bruta da RFB foi ultrapassada no mês.³³ Isso se deveu a:
- (a) pagamentos do Refis de R\$ 3 bilhões (sendo R\$ 0,55 bilhão de parcelamentos anteriores);
 - (b) transferências de R\$ 2,1 bilhões de depósitos judiciais tributários, segundo a MP 468/09 e cronograma fixado pelo Ministério da Fazenda na Portaria 531/09, de 12/11;
 - (c) crédito prêmio do IPI (R\$ 0,3 milhões), conforme a MP 470/09; e
 - (d) adiantando-se às expectativas do Congresso, a transferência, prevista na Lei 12.099/09, para a conta única do Tesouro, de R\$

extrajudiciais anteriores a dezembro de 1998 em instituições que não a Caixa Econômica, e de todos os demais depósitos judiciais e extrajudiciais que vieram a ser convertidos em renda em legislação posterior à MP 462/09. Até agosto, praticamente todos os demais itens das receitas administradas ficaram abaixo da estimativa, com a exceção de "outras receitas administradas", que incluiu naquele mês a conversão de R\$ 1,75 bilhão em renda via Caixa Econômica Federal de depósitos judiciais tributários anteriores a dezembro de 1998, conforme previu a MP 468/09.

³⁰ Ver <http://www.receita.fazenda.gov.br/Publico/arre/2009/AnaliseMensalNov09.pdf>.

³¹ Principalmente de Cofins, PIS e Cide, mediante a utilização de créditos oriundos de pagamento a maior, em períodos anteriores, do IRPJ e da CSLL.

³² Esse exercício sugeriria que a perda de arrecadação administrada no exercício decorreria de desonerações e compensações imprevistas, e não que a arrecadação federal reaja mais intensamente à desaceleração do crescimento.

³³ Parte parece dever-se à aceleração da atividade econômica. A arrecadação estadual já começou a reagir em novembro, também por conta de mecanismos mais eficientes de arrecadação.

3,8 bilhões de depósitos judiciais e extrajudiciais não tributários relativos à União e os tributários e não tributários relativos a fundos públicos, autarquias, fundações públicas e demais entidades federais integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, em instituições financeiras, cumprindo-se cronograma fixado pelo Ministério da Fazenda na Portaria 557/09, de 27/11.

86. Uma alternativa para melhorar o resultado primário consiste em adiar restituições para o exercício seguinte, em especial as do imposto na fonte sobre os rendimentos do trabalho. A Tabela mostra como evoluíram as previsões de restituições de tributos administrados pela RFB.

RESTITUIÇÕES DE TRIBUTOS ADMINISTRADOS PELA RFB, 2008-2009
(R\$ milhões)

Receitas	Previsão 2009				Realizado			
	1ª Aval (Dec. 6.808)	5ª Aval (Dec. 7.027)	Dec. 7.036	Diferença Dec 7.036 5ª Aval	Jan-Dez 2008	Janeiro-Novembro		
						2008	2009	Diferença 2009/2008
IRRF - Rendimentos do Trabalho	13.237	9.143	9.867	724	10.264	9.497	7.655	(1.843)
IR - Pessoa Jurídica	999	2.805	2.944	138	3.312	2.902	2.958	56
IPI - Outros	675	2.450	2.521	71	2.140	2.043	2.561	518
Demais	(112)	(1.399)	(1.413)	(14)	(2.328)	(2.154)	(1.567)	587
Receita Administrada	14.799	12.999	13.919	920	13.388	12.288	11.607	(681)

Fonte: Secretaria da Receita Federal do Brasil; Secretaria de Orçamento Federal; SIAFI; e estimativas dos autores. Elaboração dos autores.

87. O volume programado de restituições de tributos administrados está em R\$ 13,9 bilhões, acima dos R\$ 13 bilhões da 5ª avaliação, e dos R\$ 13,4 bilhões verificados em 2008 (R\$ 13,7 bilhões em 2007, que tabela não mostra), porém abaixo ainda dos R\$ 14,8 bilhões da 1ª avaliação. De janeiro a novembro, houve restituições de receitas federais de R\$ 11,6 bilhões, contra R\$ 12,3 bilhões no mesmo período de 2008. Em dezembro, o lote de restituições da pessoa física alcançou R\$ 2,5 bilhões.
88. Entre o Decreto 6.808/09, de 27/3, e o Decreto 7.036, a programação de valores a restituir aos contribuintes diminuiu em R\$ 880 milhões. Esse montante incorporou-se à receita líquida de restituições na previsão de receitas atualizada. Ocorre que o ajuste atingiu mais o imposto de renda na fonte, reduzindo-se as restituições dos trabalhadores em R\$ 3,4 bilhões, o que explica em parte a evolução das estimativas para o ano das receitas do tributo. Essa redução também se deveu a que a previsão de pessoas jurídicas teve que ser ajustada, por insuficiência já na origem, como mostram o efetivamente devolvido em 2008, até novembro e no ano, e até novembro de 2009, e ainda assim as restituições do IRPJ já foram todas consumidas e até mesmo ultrapassadas. Os mesmos comentários se aplicam ao IPI-outros, a título do qual em 2008 restituiu-se mais que o triplo do programado na 1ª avaliação de 2009, e em 2009 até novembro restituiu-se mais de 3 vezes e meia o previsto no decreto original.



IX - DESPESAS NA AVALIAÇÃO DE DEZEMBRO

89.A Tabela a seguir mostra despesas e resultados primários em 2008 e nas avaliações orçamentárias de 2009.

ORÇAMENTO, 2008-2009

Despesas Primárias e Resultado da União

Discriminação	2008		2009								Diferença da Avaliação de Dezembro para							
	Real		Orçamento	1ª		2ª		3ª		4ª		5ª		Avaliação de Dezembro (Dec 7.036/09)	2008		2009	
	R\$ Milhões	% PIB		Avaliação (Dec 6.808/09)	Avaliação (Dec 6.867/09)	Avaliação (Dec 6.923/09)	Avaliação (Dec 6.993/09)	Avaliação (Dec 7.027/09)	Avaliação de Dezembro (Dec 7.036/09)	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB		Orçamento	5ª Avaliação		
			R\$ Milhões											% PIB			R\$ Milhões	% PIB
TOTAL DAS DESPESAS	518.856,0	17,95	609.789,9	578.764,8	593.124,7	592.718,0	601.651,2	601.980,9	608.742,4	19,91	88.086,4	1,96	(3.047,5)	4.781,54				
Pessoal e Encargos Sociais	132.405,8	4,58	154.911,9	153.845,0	153.845,0	153.845,0	153.845,0	153.460,0	153.460,0	5,04	21.054,2	0,45	(1.451,8)	-				
Benefícios da Previdência	199.562,0	6,91	228.842,8	220.992,0	223.068,1	223.068,1	223.270,9	223.305,9	223.305,9	7,33	23.743,9	0,42	(5.336,9)	-				
Demais Desp Vinc Sal Mínimo	36.447,4	1,26	42.897,9	42.897,9	44.396,3	44.737,5	45.737,5	47.101,5	47.101,5	1,55	10.654,1	0,28	4.203,6	-				
Abono e Seguro Desemprego	20.411,2	0,71	24.349,5	24.349,5	25.277,4	25.618,6	26.618,6	27.982,5	27.982,5	0,92	7.571,3	0,21	3.633,1	-				
LOAS	14.097,4	0,49	16.674,0	16.674,0	17.226,7	17.226,7	17.226,7	17.226,7	17.226,7	0,57	3.139,3	0,08	552,8	-				
Renda Mensal Vitalícia - RMV	1.948,8	0,07	1.874,5	1.874,5	1.892,2	1.892,2	1.892,2	1.892,2	1.892,2	0,06	(56,6)	(0,01)	17,7	-				
Kandir/Comp Est ICMS	5.216,1	0,18	3.900,0	3.900,0	3.900,0	3.900,0	3.900,0	3.900,0	3.900,0	0,13	(1.316,1)	(0,05)	-	-				
Outras Despesas Obrigatórias	12.283,0	0,43	22.045,4	21.331,7	22.735,8	21.987,9	24.013,0	21.234,0	21.234,0	0,70	8.951,0	0,27	(811,5)	-				
Subsídios e Subvenções	3.984,0	0,14	11.292,4	6.006,9	6.006,9	4.006,9	4.006,9	2.763,1	2.763,1	0,09	(1.220,8)	(0,05)	(8.529,3)	-				
Sentenças Judiciais - Demais	1.573,8	0,05	2.098,6	2.098,7	2.101,6	2.101,6	2.102,1	2.102,1	2.102,1	0,07	528,3	0,01	3,5	-				
Fundef/Fundeb - Complement	3.174,3	0,11	5.061,8	5.070,2	5.070,2	5.070,2	5.070,2	5.070,2	5.070,2	0,17	1.895,8	0,06	8,3	-				
Doações	64,2	0,00	107,0	107,0	110,9	111,1	111,1	111,1	111,1	0,00	46,9	0,00	4,0	-				
Convênios	127,9	0,00	265,3	265,3	390,6	425,2	449,7	456,8	456,8	0,01	328,9	0,01	191,5	-				
FDA/FDNE/SUDAM/SUDENE	332,6	0,01	-	1.200,0	1.200,0	1.200,0	1.200,0	700,0	700,0	0,02	367,4	0,01	700,0	-				
Fundo Constitucional do DF	474,0	0,02	690,9	450,5	450,5	450,5	450,5	450,5	450,5	0,01	(23,5)	(0,00)	(240,4)	-				
Créditos Extraordinários	-	-	3.000,0	3.300,0	3.300,0	4.517,3	5.517,3	4.506,4	4.506,4	0,15	4.506,4	0,15	4.506,4	-				
Fabricação Cédulas e Moedas	599,9	0,02	-	600,0	600,0	600,0	600,0	600,0	600,0	0,02	0,1	(0,00)	600,0	-				
FGTS	1.837,7	0,06	2.253,1	2.253,1	2.253,1	2.253,1	2.253,1	2.253,1	2.253,1	0,07	415,4	0,01	-	-				
Transf. Ag Nacional de Águas	23,1	0,00	35,1	35,1	35,1	35,1	35,1	35,1	35,1	0,00	12,1	0,00	-	-				
Anistiados	91,6	0,00	226,7	226,7	198,7	198,7	198,7	167,2	167,2	0,01	75,7	0,00	(59,5)	-				
Benef Legislação Especial	-	-	14,4	18,3	18,3	18,3	18,3	18,3	18,3	0,00	18,3	0,00	3,8	-				
Apoio Financeiro Municípios	-	-	-	-	1.000,0	1.000,0	2.000,0	2.000,0	2.000,0	0,1	2.000,0	0,07	2.000,0	-				
Legislativo/Judiciário/MPU	5.636,4	0,20	6.320,7	5.994,4	6.228,5	6.228,5	6.544,0	6.628,1	6.706,0	0,22	1.069,6	0,03	385,3	77,9				
Subtotal Despesas Obrigatórias	391.550,8	13,55	458.718,7	448.961,1	454.173,8	453.767,1	457.310,4	455.629,5	455.707,4	14,95	64.156,6	1,41	(3.011,3)	77,9				
Discricionárias - Executivo	112.861,2	3,91	151.071,2	129.803,7	138.950,9	138.950,9	144.340,8	146.351,4	151.035,1	4,96	38.173,8	1,05	(36,2)	4.683,6				
Outras Discricionárias	105.023,9	3,63	132.923,7	114.252,1	117.399,3	117.399,3	115.840,8	117.851,4	122.535,1	4,02	17.511,1	0,39	(10.388,6)	4.683,6				
Reserva Orçamentária	-	-	2.595,9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.595,9)	-				
Prog Minha Casa Minha Vida	-	-	-	-	6.000,0	6.000,0	-	-	-	-	-	-	-	-				
PPI/PAC	7.837,3	0,27	15.551,6	15.551,6	15.551,6	15.551,6	28.500,0	28.500,0	28.500,0	0,94	20.662,7	0,66	12.948,4	-				
Fundo Soberano do Brasil	14.244,0	0,49	-	-	-	-	-	-	-	-	(14.244,0)	(0,49)	-	-				
DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA ⁽¹⁾	(1.322,4)	(0,05)	-	-	-	-	-	-	-	-	1.322,4	0,05	-	-				
SUPERÁVIT PRIMÁRIO																		
FISCAL E SEG COM PPI/PAC	70.078,8	2,43	52.311,7	50.926,4	27.231,0	27.109,1	14.160,7	14.160,7	14.160,7	0,46	(55.918,1)	(1,96)	(38.151,0)	-				
FISCAL E SEG SEM PPI	77.916,1	2,70	67.863,3	66.478,0	42.782,7	42.660,7	42.660,7	42.660,7	42.660,7	1,40	(35.255,4)	(1,30)	(25.202,6)	-				
ESTATAIS FEDERAIS	14.035,8	0,49	22.080,8	21.644,0	6.111,8	6.094,4	6.094,4	6.094,4	6.094,4	0,20	(7.941,4)	(0,29)	(15.986,4)	-				

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Secretaria de Orçamento Federal (SOF), decretos e avaliações citados. Elaboração dos autores.

⁽¹⁾ Inclui no realizado ajuste metodológico referente à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

90.A avaliação de dezembro prevê aumento das despesas equivalente a 2,46% do PIB em relação a 2008, não considerando o FSB como despesa no ano passado.

91.A comparação da reprogramação de 2009 com o desempenho em 2008, na hipótese de execução integral do PAC, mostra queda no resultado primário dos orçamentos fiscal e da seguridade da ordem de 2,45% do PIB (R\$ 74,6 bilhões a preços e PIB de 2009). Esses cálculos consideram no ano passado o ajuste para Itaipu de quase R\$ 1,8 bilhão, a menos em relação à estatística do Banco Central, e o aporte ao FSB equivalente a quase 0,5% do PIB como saldo positivo. Ao mesmo tempo, a previsão é de que a receita líquida caia apenas 0,04% do PIB de um ano para outro. O aumento das despesas consumirá, pelos cálculos oficiais, praticamente 100% da redução do superávit.

92.Do aumento de R\$ 88,1 bilhões nas despesas de 2008 para 2009, R\$ 55,4 bilhões serão com a previdência e outras despesas assistenciais afetadas pelo salário mínimo e com os salários dos servidores. O Executivo comprometeu-se com um aumento de despesas de pessoal de R\$ 21,1 bilhões. Com o aumento



de 12% concedido ao salário mínimo em fevereiro, as despesas com o pagamento de benefícios previdenciários subirão R\$ 23,7 bilhões, para R\$ 223,3 bilhões em 2009. As despesas com o abono salarial, com o seguro desemprego, com a lei orgânica de assistência social e com a renda mensal vitalícia, subirão R\$ 10,7 bilhões de 2008 para 2009.

93. Despesas obrigatórias, incluindo as despesas do Legislativo, Judiciário e MPU, crescem 1,4 ponto percentual do PIB, ou R\$ 42,7 bilhões a preços de 2009. As despesas obrigatórias de custeio são as que mais crescem. Despesas de pessoal crescerão o equivalente a 0,45% do PIB, para mais de 5% do PIB. As despesas com o pagamento de benefícios previdenciários e benefícios assistenciais vinculados ao piso salarial subirão 0,7% do PIB, para 8,9% do PIB.³⁴
94. As despesas discricionárias do Executivo aumentam 1% do PIB, e parte delas são despesas quase obrigatórias. Desse aumento, quase 0,7% do PIB é consumido pelo PAC, incluindo o programa Minha Casa, Minha Vida, em substituição ao PPI.
95. O total das despesas na avaliação de dezembro está apenas R\$ 3 bilhões abaixo do fixado no orçamento, ainda que sua composição tenha sido alterada. Despesas obrigatórias respondem por toda o desvio para menor em relação ao orçamento, enquanto em exercícios anteriores sempre a superaram. R\$ 25,2 bilhões foi a margem liberada da necessidade de formação de superávit primário. Apenas R\$ 36 milhões estão sendo cortados em despesas discricionárias do Executivo, sendo que a lei foi aprovada com R\$ 2,6 bilhões em reserva primária que o Congresso devolveu ao Executivo.
96. Esta é a primeira vez que há redução de despesas com subsídios e subvenções, que misturam itens orçamentários e extra-orçamentários. Cerca de ¼ dos subsídios não transita no orçamento, de acordo com as estimativas da lei. Em relação ao orçamento, espera-se gastar R\$ 8,5 bilhões a menos. Isso se justifica pela revisão do cronograma de pagamentos e pelo reembolso líquido de empréstimos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Econômico (FND) – R\$ 4,2 bilhões até outubro. Subsídios e subvenções foram negativos até setembro.
97. Continuaram ocupando o espaço do orçamento em vigor despesas que o Congresso não tem meios de estimar.³⁵ São aquelas que, segundo o entendimento do Executivo, por variadas razões não transitam pelo orçamento nem exigem autorização legislativa. Créditos extraordinários, diferentemente de anos anteriores, ocupam pouco espaço na programação (R\$ 4,5 bilhões) e até novembro apenas R\$ 2,8 bilhões haviam sido pagos.
98. A despesa com auxílio financeiro a municípios cujas transferências do FPM foram menores que em 2008 importou até dezembro em R\$ 1,87 bilhão, e os R\$ 2 bilhões previstos em créditos adicionais foram suficientes para cobrir todo o exercício.

³⁴ As despesas com benefícios previdenciários ficarão em 2009 R\$ 5,3 bilhões abaixo do que constou do orçamento. A explicação para a revisão da estimativa, que se revelou legítima, é de que o orçamento trouxe valores superestimados, contrariando a execução realizada do segundo semestre de 2008. Despesas vinculadas ao salário mínimo R\$ 4,2 bilhões maiores e despesas de pessoal e encargos serão R\$ 1,5 bilhão menores que fixou a lei.

³⁵ Essas despesas, mesmo extra-orçamentárias, deveriam ter vindo indicadas na proposta. A inclusão e a revisão desses valores, a critério do Executivo, recoloca freqüentemente em debate a idéia de tornar o orçamento impositivo.

X – METAS PARA O EXERCÍCIO DE 2009. SIMULAÇÃO DE RESULTADOS

99. É nula em 2009 a probabilidade de o PAC propiciar a redução da meta primária do setor público consolidado em quase 1% do PIB, pois o conjunto dos projetos está com a execução atrasada, e o total dos investimentos do PAC representou menos de 0,4% do PIB em 2008, como mostra a Tabela.

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Despesas de Investimentos e Inversões Financeiras Pagas, 2008 e 2009 ⁽¹⁾

(R\$ milhões)

Discriminação	Até Novembro		Jan-Nov	Dez	Jan-Dez	% PIB
	Do exercício	Exercícios anteriores				
2008						
Total	7.067,1	15.666,1	22.733,2	5.315,5	28.048,7	0,92
PPI	1.913,8	3.734,6	5.648,4	1.247,1	6.895,5	0,23
PAC exceto PPI	667,1	2.777,4	3.444,5	498,6	3.943,1	0,13
Subtotal	2.580,9	6.512,0	9.092,9	1.745,7	10.838,5	0,36
Demais	4.486,2	9.154,2	13.640,4	3.569,9	17.210,2	0,57
Memorando:						
PAC autorizado no ano	17.849,9					
PPI autorizado no ano	13.825,0					
PAC pago no ano	3.678,1	7.126,8			10.804,9	0,36
PPI pago no ano	2.702,6	4.192,9			6.895,5	0,23
2009						
Total	10.649,3	16.400,4	27.049,7	11.890,3	38.940,0	1,28
PPI	3.830,5	5.667,1	9.497,6	4.737,4	14.235,0	0,47
PAC exceto PPI	1.176,7	1.961,6	3.138,3	976,7	4.115,0	0,14
Subtotal	5.007,3	7.628,6	12.635,9	5.714,1	18.350,0	0,60
Demais	5.642,1	8.771,7	14.413,8	6.176,2	20.590,0	0,68
Memorando:						
PAC autorizado no ano ⁽²⁾	28.500,0					0,94
PPI autorizado no ano	15.551,6					0,51

Fonte: Resultado de Tesouro Nacional e Siafi (acesso em 4/12/09); parâmetros 3ª avaliação ao relatório de dezembro; estimativas dos autores (dez 2009).
Elaboração dos autores.

⁽¹⁾ Despesa paga pelo critério da ordem bancária emitida.

⁽²⁾ Dos quais R\$ 28.295,4 milhões já identificados, e em relação aos quais levantaram-se os valores pagos (ordem bancária emitida).

100. A faculdade de abatimento de todo esse pacote, reforçado com o programa “Minha casa, minha vida”, serve para liberar o empenho de despesas discricionárias do contingenciamento, ao mesmo tempo que propicia a inscrição em restos a pagar em 2009 de despesas cujos restos a pagar podem ser abatidos da meta primária em 2010.

101. A meta dos orçamentos fiscal e da seguridade federal acumulada para dezembro, antes de abatimentos facultados pela LDO, ficou estável em R\$ 42,7 bilhões no relatório de dezembro.

102. A seguir simula-se o resultado primário em 2009. Algumas hipóteses usadas na simulação são as seguintes:

a) Receita líquida apenas R\$ 233 milhões inferior à prevista na avaliação de dezembro (Decreto 7.036/09), contando com pelo mais R\$ 30 bilhões de receitas não previstas na lei orçamentária, sendo R\$ 6,4 bilhões de depósitos judiciais não tributários; R\$ 8,9 bilhões de depósitos judiciais tributários (ambos



referentes à lei 12.099/09); R\$ 4 bilhões de recuperação fiscal via Refis IV; e R\$ 11 bilhões de dividendos.

b) Despesas obrigatórias cerca de R\$ 1,4 bilhão menores que a estimativa oficial, principalmente em função de gastos extra-orçamentários;

c) Pagamentos do PAC de no máximo R\$ 18,4 bilhões;

d) Frustração da meta conjunta de estados e municípios e das estatais federais em 0,2% do PIB; e

e) Não se considera o uso do Fundo Soberano do Brasil em 2009, nem na receita, nem na despesa.

103. Como resultado, a simulação aponta superávit primário do setor público consolidado de 2,13% do PIB, abaixo da meta de 2,5% do PIB, antes de descontar as despesas no âmbito do PAC. Os orçamentos fiscal e da seguridade terão 1,22% do PIB de resultado primário.



ANEXO I (RECEITAS NA SIMULAÇÃO)

RECEITAS DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, 2008-2009												
	2008		2009									
	R\$ Milhões	% do PIB	Até Agosto		5ª Avaliação Dec. 7.027/09		Relatório de Dezembro Dec. 7.036/09		Reestimativas dos Autores (8/2009)		Reestimativas II dos Autores	
			R\$ Milhões	% do PIB	R\$ Milhões	% do PIB	R\$ Milhões	% do PIB	R\$ Milhões	% do PIB	R\$ Milhões	% do PIB
RECEITA TOTAL	717.442,2	24,83	463.608,5	23,57	736.895,5	24,18	741.737,5	24,34	727.203,1	23,31	740.870,0	23,75
Receita Administrada pela RFB	466.337,0	16,14	289.098,0	14,70	455.049,8	14,93	457.042,7	15,00	454.723,2	14,57	455.080,0	14,59
Imposto de Importação	17.171,3	0,59	10.203,2	0,52	15.702,1	0,52	15.849,0	0,52	15.382,5	0,49	15.700,0	0,50
IPI	37.361,1	1,29	16.924,2	0,86	27.292,1	0,90	27.753,6	0,91	27.090,0	0,87	26.900,0	0,86
Imposto de Renda	179.249,4	6,20	117.874,0	5,99	182.463,7	5,99	182.027,3	5,97	181.070,7	5,80	180.300,0	5,78
IOF	20.340,3	0,70	11.850,5	0,60	18.384,8	0,60	18.941,3	0,62	18.350,0	0,59	18.350,0	0,59
COFINS	121.923,9	4,22	72.524,6	3,69	117.477,9	3,86	118.297,4	3,88	118.140,0	3,79	117.500,0	3,77
PIS/PASEP	31.515,8	1,09	19.544,6	0,99	31.483,0	1,03	31.616,1	1,04	32.040,0	1,03	31.500,0	1,01
CSLL	44.613,2	1,54	30.260,2	1,54	46.192,5	1,52	46.172,2	1,52	47.192,5	1,51	46.500,0	1,49
CPMF	1.109,5	0,04	143,4	0,01	181,8	0,01	267,7	0,01	145,0	0,00	150,0	0,00
CIDE-Combustíveis	5.944,0	0,21	2.351,0	0,12	4.791,1	0,16	4.856,7	0,16	4.932,5	0,16	4.800,0	0,15
Outras Administradas pela SRF	7.108,6	0,25	7.422,3	0,38	11.080,8	0,36	11.261,5	0,37	10.380,0	0,33	13.380,0	0,43
Arrecadação Líquida do INSS	163.355,3	5,65	110.652,5	5,63	181.785,8	5,97	181.785,8	5,97	182.285,0	5,84	182.000,0	5,83
Receitas Não Administradas	87.750,9	3,04	63.858,0	3,25	97.653,3	3,20	101.502,4	3,33	90.289,9	2,89	103.790,0	3,33
Concessões	6.080,0	0,21	1.649,0	0,08	4.572,3	0,15	4.572,3	0,15	2.025,0	0,06	3.000,0	0,10
Dividendos	13.363,8	0,46	18.236,0	0,93	21.334,4	0,70	21.334,4	0,70	16.700,0	0,54	22.600,0	0,72
Contribuição dos Servidores ao PSSS	6.627,5	0,23	4.479,0	0,23	8.140,1	0,27	8.140,1	0,27	8.140,0	0,26	8.140,0	0,26
Salário-Educação	8.776,4	0,30	6.448,0	0,33	10.624,9	0,35	10.624,9	0,35	10.625,0	0,34	10.625,0	0,34
Royalties/Comp. Financeiras	25.031,7	0,87	12.004,0	0,61	21.112,1	0,69	21.112,1	0,69	22.104,5	0,71	21.120,0	0,68
Demais Receitas	15.750,9	0,55	11.678,0	0,59	17.738,9	0,58	21.588,0	0,71	17.157,5	0,55	24.550,0	0,79
Receita Própria (fts 50 & 81)	10.283,1	0,36	7.549,0	0,38	11.877,5	0,39	11.877,5	0,39	11.282,9	0,36	11.500,0	0,37
FGTS	1.837,7	0,06	1.815,0	0,09	2.253,1	0,07	2.253,1	0,07	2.255,0	0,07	2.255,0	0,07
Operações com Ativos	-	-	-	-	2.500,0	0,08	(93,4)	(0,00)	-	-	-	-
Incentivos Fiscais	(1,1)	(0,00)	-	-	(93,4)	(0,00)	1.500,0	0,05	(95,0)	(0,00)	-	-
TRANSF. ESTADOS MUNICÍPIOS	127.385,0	4,41	76.958,0	3,91	120.753,9	3,96	120.834,4	3,97	120.830,4	3,87	120.200,0	3,85
FPE/FPM/IFI-EE	101.880,6	3,53	62.500,0	3,18	97.131,5	3,19	97.188,9	3,19	96.381,3	3,09	96.390,0	3,09
Fundos Regionais	2.700,0	0,09	2.271,0	0,12	2.739,8	0,09	2.740,5	0,09	2.940,0	0,09	2.940,0	0,09
Salário Educação	5.172,9	0,18	3.896,0	0,20	6.128,1	0,20	6.128,1	0,20	6.130,0	0,20	6.130,0	0,20
Compensações Financeiras	15.795,2	0,55	7.635,0	0,39	13.391,6	0,44	13.391,6	0,44	14.072,6	0,45	13.430,0	0,43
Cide-combustíveis	1.578,9	0,05	556,0	0,03	962,4	0,03	977,6	0,03	1.006,5	0,03	960,0	0,03
Demais	257,4	0,01	100,0	0,01	400,5	0,01	407,5	0,01	300,0	0,01	350,0	0,01
RECEITA LÍQUIDA	590.057,1	20,42	386.650,5	19,66	616.141,6	20,22	620.903,1	20,38	607.671,7	19,48	620.670,0	19,89
PRODUTO INTERNO BRUTO	2.889.718,6	100	1.966.546,2	100	3.047.191,5	100	3.047.191,5	100	3.120.000,0	100	3.120.000,0	100

Fonte: Relatório de cumprimento de metas IV bimestre; relatórios de avaliação orçamentária; Banco Central do Brasil; IBGE; NT 17/09 em <http://intranet2.camara.gov.br/internet/orcamentobrasil/orcamentouniao/estudos/2009>. Estimativas e elaboração dos autores.



ANEXO II (DESPESAS E RESULTADOS NA SIMULAÇÃO)

DESPESAS E RESULTADOS DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, 2009

	2008		Até Agosto		Relatório de Dezembro Decreto 7.036/09		Estimativa dos Autores		Simulação da Estimativa do Mercado em 22/11	
	R\$ Milhões	% do PIB	R\$ Milhões	% do PIB	R\$ Milhões	% do PIB	R\$ Milhões	% do PIB	R\$ Milhões	% do PIB
RECEITA LÍQUIDA	590.057,1	20,42	386.650,5	19,66	620.903,1	20,38	620.670,0	19,89	616.141,6	20,44
TOTAL DAS DESPESAS	518.749,2	17,95	360.112,2	18,31	606.742,4	19,91	582.690,0	18,68	601.980,9	19,97
Pessoal e Encargos Sociais	132.405,8	4,58	99.013,0	5,03	153.460,0	5,04	153.460,0	4,92	153.460,0	5,09
Benefícios da Previdência	199.562,0	6,91	140.214,0	7,13	223.305,9	7,33	223.350,0	7,16	223.305,9	7,41
Demais Despesas Vinculadas ao Salário Mínimo	36.447,4	1,26	30.493,0	1,55	47.101,5	1,55	47.150,0	1,51	47.101,5	1,56
Abono e Seguro Desemprego	20.411,2	0,71	18.062,0	0,92	27.982,5	0,92	28.000,0	0,90	27.982,5	0,93
LOAS	14.087,4	0,49	11.163,0	0,57	17.226,7	0,57	17.250,0	0,55	17.226,7	0,57
Renda Mensal Vitalícia - RMV	1.948,8	0,07	1.268,0	0,06	1.892,2	0,06	1.900,0	0,06	1.892,2	0,06
Compensação Estados Exportadores ICMS	5.216,1	0,18	3.250,0	0,17	3.900,0	0,13	3.900,0	0,13	3.900,0	0,13
Outras Despesas Obrigatórias	12.283,0	0,43	8.498,0	0,43	16.727,5	0,70	15.450,0	0,50	21.234,0	0,70
Subsídios e Subvenções	3.984,0	0,14	(1.004,0)	(0,05)	2.763,1	0,09	1.850,0	0,06	2.763,1	0,09
Sentenças Judiciais - demais	1.573,8	0,05	1.678,0	0,09	2.102,1	0,07	2.100,0	0,07	2.102,1	0,07
Fundef/Fundeb - Complementação	3.174,3	0,11	3.654,0	0,19	5.070,2	0,17	5.070,0	0,16	5.070,2	0,17
Doações	64,2	0,00	80,0	0,00	111,1	0,00	110,0	0,00	111,1	0,00
Convênios	127,9	0,00	25,9	0,00	456,8	0,01	450,0	0,01	456,8	0,02
FDA/FDNE/SUDAM/SUDENE	332,6	0,01	339,0	0,02	700,0	0,02	350,0	0,01	700,0	0,02
Fundo Constitucional do DF	474,0	0,02	325,0	0,02	450,5	0,01	450,0	0,01	450,5	0,01
Créditos Extraordinários ⁽¹⁾	-	-	-	-	-	-	-	-	4.506,4	0,15
Fabricação de Cédulas e Moedas	599,9	0,02	529,0	0,03	600,0	0,02	600,0	0,02	600,0	0,02
FGTS	1.837,7	0,06	1.815,0	0,09	2.253,1	0,07	2.255,0	0,07	2.253,1	0,07
Transf. Agência Nacional de Águas	23,1	0,00	35,1	0,00	35,0	0,00	35,1	0,00
Anistiados	91,6	0,00	93,0	0,00	167,2	0,01	165,0	0,01	167,2	0,01
Benefícios de Legislação Especial	-	-	-	-	18,3	0,00	15,0	0,00	18,3	0,00
Apoio Financeiro aos Municípios	-	-	963,0	0,05	2.000,0	0,07	2.000,0	0,06	2.000,0	0,07
Legislativo/Judiciário/MPU	5.636,4	0,20	4.246,1	0,22	6.706,0	0,22	6.530,0	0,21	6.628,1	0,22
Subtotal das Despesas Obrigatórias	391.550,8	13,55	285.714,1	14,53	451.200,9	14,95	449.840,0	14,42	455.629,5	15,11
Discricionárias - Executivo	112.861,2	3,91	77.083,9	3,92	155.541,5	5,10	132.850,0	4,26	146.351,4	4,85
Créditos Extraordinários ⁽¹⁾	-	-	2.938,0	0,15	4.506,4	0,15	4.500,0	0,14	-	-
Outras Discricionárias	105.023,9	3,63	68.222,9	3,47	122.535,1	4,02	110.000,0	3,53	117.851,4	3,91
PPI/PAC	7.837,3	0,27	5.923,0	0,30	22.500,0	0,74	18.350,0	0,59	22.500,0	0,75
Programa Minha Casa Minha Vida	-	-	-	-	6.000,0	0,20	-	...	6.000,0	0,20
Fundo Soberano Brasileiro	14.244,0	0,49	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste Metrológico e Discrepância	93,2	0,00	(2.685,8)	(0,14)	-	-	-	-	-	-
PRIMÁRIO FISCAL E SEGURIDADE SOCIAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Com PPI/PAC (Banco Central)	71.307,9	2,47	26.538,3	1,35	14.160,7	0,46	37.980,0	1,22	14.160,7	0,47
Sem PPI/PAC	79.145,2	2,74	32.461,3	1,65	42.660,7	1,40	56.330,0	1,81	36.660,7	1,22
SUPERÁVIT PRIMÁRIO ESTATAIS FEDERAIS	2.418,8	0,08	(2.335,1)	(0,12)	6.094,4	0,20	2.500,0	0,08	6.030,2	0,20
SUPERÁVIT PRIMÁRIO DA UNIÃO	73.726,8	2,55	24.203,2	1,23	20.255,1	0,66	40.480,0	1,30	20.190,9	0,67
SUPERÁVIT PRIMÁRIO GOV REGIONAIS	32.693,7	1,13	19.273,8	0,98	27.424,7	0,90	25.895,0	0,83	25.025,3	0,83
SUPERÁVIT PRIMÁRIO SETOR PÚBLICO	106.420,4	3,68	43.477,0	2,21	47.679,8	1,56	66.375,0	2,13	45.216,2	1,50

Fonte: Relatório de cumprimento de metas IV bimestre; relatórios de avaliação orçamentária; Banco Central do Brasil; IBGE; NT 17/09 em <http://intranet2.camara.gov.br/internet/orcamentobrasil/orcamentouniao/estudos/2009>; estimativas dos autores. Elaboração

⁽¹⁾ Depois de executados somam-se a despesas discricionárias.